

OPINIÃO

*Articulação
das políticas*

Arlindo Cunha p.18



*Na encruzilhada
de diferentes
políticas públicas*

João Ferrão p.20



PESSOAS e LUGARES

A cooperação LEADER nas Estratégias Locais de Desenvolvimento

Seminário de encerramento
dos Territórios Rurais
em Rede II

p.9

Alentejo: os novos desafios para a competitividade

Artigo de opinião
de António Costa Dieb

p.17



Articulação das políticas de desenvolvimento rural com outras políticas do território

Foto: Peter Burger

Na rota da Ecopista do Dão

Distinguida pela Associação Europeia de Vias Verdes, em 2013,
na categoria Excelência dos Prémios Europeus de Ecopistas

p.22

2014-2020: prioridade a bons projetos

Entrevista com Manuel Castro
Almeida, Secretário de Estado
do Desenvolvimento Regional

p.14



O ciclo de programação 2014-2020 afigura-se como um grande desafio para os territórios rurais, podendo representar um grande avanço na gestão territorializada das políticas públicas e dos fundos comunitários, designadamente através da adoção da abordagem multifundos no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e da sua gestão participada e descentralizada.

Um desafio que contém uma extraordinária oportunidade de promover o desenvolvimento rural de um modo que até hoje nunca foi integralmente conseguido, sobretudo ao nível da proximidade e da integração das políticas dirigidas aos territórios.

O exercício pleno da cidadania implica, num grau cada vez maior, mecanismos que aproximem e impliquem o cidadão nas políticas públicas. Por isso, e para além dos modelos políticos de participação assentes nos atos eleitorais em vigor no nosso país, importa criar e reforçar mecanismos diferenciados que permitam a sua participação ativa e de forma mais regular e transversal, salvaguardando o seu envolvimento, bem como o de diversas organizações da sociedade civil, nas diferentes fases da preparação e execução das políticas públicas.

Por outro lado, se concordamos que as pessoas e os territórios constituem o cerne das políticas públicas temos de concluir que a sua eficácia depende em larga medida da capacidade destas atingirem o maior número de cidadãos ou seja da proximidade com que são executadas. O modelo desenhado pela Comissão Europeia para o DLBC incentivando uma intervenção realizada através de estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, assente numa parceria local diversificada e representativa (com um peso claro das organizações privadas e cujo território não deve ultrapassar os 150.000 habitantes), e com poder de decisão e execução, pretende responder, também, a estes desafios.

É no binómio entre a articulação e a proximidade das políticas públicas e dos fundos que lhe dão suporte que residem alguns dos fatores críticos que poderão condicionar o alcance dos objetivos de desenvolvimento definidos para o próximo período de trabalho (2014-2020).

Entre os riscos existentes desponta a preocupação acerca do modelo de governação que será definido para o DLBC. O modelo de governação diz respeito a quem é envolvido e a que nível, à forma como as decisões são

tomadas e, subsequentemente, à possibilidade de definir as prioridades, as metas a alcançar, os critérios de seleção de projetos, que se revelem mais adequados para concretizar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local.

O DLBC, uma metodologia inspirada na abordagem descentralizada e territorializada do LEADER, não pode tornar-se refém de orientações centralizadas, levando a que as iniciativas a apoiar não respondam às expectativas dos atores locais, mas antes sejam apenas a distribuição local de uma estratégia nacional, apenas matizada suavemente com pequenas especificidades locais.

Outra preocupação que emerge da análise da documentação já existente, nomeadamente a proposta de Acordo de Parceria apresentada pelo Governo, é o eventual afunilamento do DLBC num número restrito de objetivos temáticos e prioridades de investimento que não permitam dar corpo a estratégias abrangentes de desenvolvimento local.

O desenvolvimento integrado dos territórios rurais comporta, necessariamente, as atividades agrícolas e não agrícolas, sendo um contrassenso limitar, à partida, a intervenção do DLBC a determinado tipo de atividades, quando o que se pretende é precisamente adotar abordagens integradas capazes de responder em proximidade, à multiplicidade de problemas das economias locais.

Finalmente, não pode deixar de existir uma profunda preocupação com a dotação atribuída ao DLBC. A sua implementação visa alargar e reforçar a intervenção LEADER, mas os dados já conhecidos apontam para uma redução dos montantes indicativos alocados em relação ao quadro atual, mesmo considerando a conjugação dos fundos provenientes do FEADER com os do FSE e do FEDER.

É verdade que é necessário ter sempre o objetivo de fazer o máximo possível com o pouco que se tem, mas a redução do montante parece fazer pouco sentido, pois implicará um menor número de projetos apoiados, sobretudo quando é reconhecida a capacidade do LEADER para criar empregos ancorados em pequenas iniciativas empresariais nos territórios rurais de Portugal.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 13 . fevereiro 2013 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhatterra.pt
http://www.minhatterra.pt

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

António Costa Dieb, Arlindo Cunha, João Ferrão

Fotografias

ATAHCA, Mónica Martins/Minha Terra, ADRITEM, DOURO SUPERIOR, ADRUSE, LEADEROESTE, Paula Matos dos Santos/Minha Terra, Chocolateria Delícia, Quinta das Arcas, EPDRA, Peter Burger (capa)

Rota: ADICES, ADD, ADDLAP, TEMPLAR

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhatterra.pt



Foto: European University Institute

Programa Portugal 2020

Acordo de Parceria entregue em Bruxelas

Governo prevê realizar uma avaliação do programa a meio da sua execução, pelo que pretende introduzir indicadores de resultados para todas as políticas públicas apoiadas por fundos e fazer uma monitorização do cumprimento desses resultados.

O Ministro do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, entregou à Comissão Europeia, no último dia de janeiro, a proposta do Acordo de Parceria para a programação do novo período de fundos comunitários, a que o Governo deu o nome de Portugal 2020.

A proposta apresenta um maior foco na competitividade das empresas, particularmente as PME, para as quais são destinados mais de 6.000 milhões de euros, quando no período de programação anterior haviam sido dedicados cerca de 2.650 milhões de euros a esse fim.

Também os Programas Operacionais Regionais verão a sua dotação reforçada, para cerca de 9.350 milhões de euros, o que representa uma subida de 28 por cento relativamente ao período anterior. Este aumento é conseguido através da alocação de uma fatia importante do Fundo Social Europeu aos Programas Regionais, quase 2.000

milhões de euros, pois no caso do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que apoia sobretudo infraestruturas, verifica-se uma diminuição na dotação.

O Ministro esclareceu que “uma das grandes prioridades é a deslocação do investimento das infraestruturas, onde Portugal está acima da média europeia, para a competitividade e a internacionalização, que é realmente o grande défice do país e a razão de fundo pela qual entrámos no passado, com grande frequência, em situações de insustentabilidade financeira. É porque não somos e não temos sido um país competitivo”.

O governo prevê realizar uma avaliação do Portugal 2020 a meio do programa, pelo que pretende introduzir indicadores de resultados para todas as políticas públicas apoiadas por fundos e fazer uma monitorização do cumprimento desses resultados. “Prevemos em 2017 fazer uma

primeira avaliação e vamos criar uma competição entre as políticas públicas sectoriais. Os programas operacionais serão avaliados e os que tiverem melhores resultados vão ter uma redistribuição de fundos que lhes será favorável”, esclareceu Poiães Maduro.

A Comissão Europeia terá agora três meses para analisar a proposta de Acordo de Parceria entregue por Portugal, e este terá de ser adotado no prazo de quatro meses após a entrega. Assim, o documento deverá entrar em vigor ainda no primeiro semestre.

Será depois necessário submeter também a Bruxelas os regulamentos dos diferentes Programas Operacionais, que têm de estar no terreno no máximo até janeiro de 2015. O Governo, porém, expressa a sua vontade de andar mais depressa, abrindo as primeiras candidaturas e efetuando os primeiros pagamentos ainda no segundo semestre de 2014.

Bolsa de Terras

A Federação Minha Terra e as 29 ADL associadas foram autorizadas para a prática de atos de gestão operacional (GeOP) da Bolsa de Terras, no seguimento da candidatura apresentada em parceria à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional (DGADR), em junho de 2013 (Despacho n.º 12109/2013, de 23 de setembro de 2013).

Para além de prestar toda a informação sobre a bolsa de terras, promovendo a sua divulgação e dinamização, a Minha Terra procederá à verificação dos dados dos prédios disponibilizados pelos seus proprietários, ao seu registo e inserção na bolsa para que possam ser disponibilizados.

www.bolsanacionaldeterras.pt

O sítio na internet da Bolsa Nacional de Terras, através do Sistema de Informação da Bolsa de Terras (SIBT), centraliza toda a informação sobre os prédios disponibilizados para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência, pelo Estado ou outras entidades públicas ou privadas.

Estão já disponíveis (n.º 12 da RCM n.º 96/2013, de 30 de dezembro), para consulta as Terras do Estado referenciadas como aptas para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, permitindo aos interessados aceder a informação específica de caracterização dos prédios.

Já se conhecem também as formas e o processo de cedência dos prédios do domínio privado do Estado e do património dos institutos públicos através da Bolsa de Terras. O diploma (Decreto-Lei n.º 21/2014, de 11 de fevereiro) refere que os prédios podem ser cedidos onerosamente a terceiros mediante arrendamento ou venda realizando-se o procedimento mediante concurso, com ou sem negociação cujas linhas gerais podem ser igualmente consultadas.

Os proprietários e demais interessados em recorrer a este mecanismo, que visa facilitar o encontro entre a oferta e a procura de terras para fins agrícolas, em vigor há menos de um ano, podem aceder a toda a informação sobre a Bolsa Nacional de Terras, modelo de gestão e legislação aplicável, no site ou dirigir-se a uma das 225 GeOP, entre as quais a Minha Terra e as 29 ADL parceiras.

A Bolsa de Terras dispõe, em fevereiro de 2014, de 130 prédios rústicos de entidades privadas disponibilizados para arrendamento e venda, e 26 prédios do Estado.

RADIOgrafias no Baixo Alentejo

Promovido pela associação Rota do Guadiana, com a colaboração da Esdime, da Terras Dentro e da Rádio Voz da Planície, o projeto RADIOgrafias – Conhecer, capacitar e Empreender no Baixo Alentejo, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional do Alentejo, visa dar a conhecer as potencialidades da região para melhor identificar as bases do desenvolvimento sustentável.

Envolvendo os atores locais e regionais, bem como especialistas nacionais e até internacionais, o projeto pretende animar socioeconomicamente o território, através da produção e difusão de conhecimento e boas práticas, estimulando parcerias e a cooperação interinstitucional e inter-regional.

A aplicação de inquéritos junto da população, a organização de focus group e de um ciclo de conferências são algumas das atividades previstas no âmbito deste projeto, que ainda integra um programa de rádio, semanal, na Rádio Voz da Planície, associado aos produtos e serviços mais emblemáticos da atividade económica local, nomeadamente, indústria extractiva, agricultura, transformação agroalimentar, energias alternativas, turismo, entre outros grandes temas transversais à região.



ATAHCA inicia preparação da EDL do Alto Cávado

Divulgar os instrumentos de apoio que se perfilam no horizonte 2014-2020 para a agricultura e o desenvolvimento rural foi o objetivo do ciclo

de palestras promovidas pela ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, entre 25 de novembro e

10 de dezembro, no território do Alto Cávado.

Realizadas, em parceria com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), nos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde, as sessões contaram com cerca de 450 participantes, entre agricultores, representantes de entidades públicas e privadas ligadas ao sector agrícola e rural, e população em geral, que motivaram o debate e a reflexão sobre o futuro da Política Agrícola Comum (PAC).

O Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020 e a Bolsa de Terras foram os principais temas abordados nestas sessões, onde foram destacadas as implicações que os novos instrumentos de apoio poderão ter no futuro dos territórios rurais, nomeadamente, as alterações que poderão vir a ocorrer no nível e forma das ajudas diretas aos agricultores, os apoios ao investimento na agricultura e no desenvolvimento rural e as alterações aos regimes fiscais dos pequenos produtores agrícolas.

No decurso das palestras, a associação disponibilizou a todos os interessados uma ficha de intenção de candidatura com vista a identificar ideias de projeto, assumida como um importante instrumento de trabalho para conhecer as perspectivas de investimento a médio prazo no território do Alto Cávado.

Esta foi uma entre as muitas iniciativas que a ATAHCA pretende dinamizar a fim de preparar o processo de elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local (ELD) para o período 2014-2020, promovendo a difusão de informação pelos vários agentes locais, o debate de ideias e a auscultação de opiniões do maior número possível de entidades.

Segundo a associação, “a identificação abrangente das reais necessidades de desenvolvimento integrado do território Alto Cávado” – “com especificidades muito próprias”, como alertou o presidente da ATAHCA, José Mota Alves, “é o ponto de partida para a definição de objetivos e linhas de atuação futuras”.

Resultados e perspetivas

Abordagem LEADER no Alentejo Central

O MONTE, ACE promoveu, a 17 de dezembro, uma sessão para apresentação aos parceiros dos resultados alcançados na dinamização da Abordagem LEADER no Alentejo Central, no período de 2009-2013, e dos momentos-chave dos trabalhos

de preparação da Estratégia Local de Desenvolvimento para 2014-2020. O evento, que decorreu em Arraiolos, contou com a participação dos membros dos órgãos sociais e das 27 entidades que formam a parceria territorial, a que se juntaram novas organizações.

A apresentação, a cargo da equipa técnica do GAL, deu conta das principais características dos 209 projetos aprovados que compreendem a dinamização direta de um investimento na ordem dos 23,6 milhões de euros a que corresponde um apoio do SP

3 PRODER de mais de 14 milhões de euros.

O impacto em termos de emprego direto criado e mantido, a distribuição geográfica do investimento nos 10 concelhos do Alentejo Central, o crescimento de 15 por cento na oferta de alojamento em turismo rural em toda a região Alentejo, além do apoio a mais de 60 IPSS na consolidação e diversificação dos serviços prestados às populações, foram aspetos apresentados e discutidos com os parceiros.

Num segundo momento, de apresentação dos momen-

tos-chave dos trabalhos para preparação da Estratégia Local de Desenvolvimento para 2014-2020, o presidente do Monte, Mário de Deus, lançou o desafio para a reformulação do modelo de organização da parceria territorial.

Os parceiros manifestaram a sua vontade em manter a sua participação na parceria territorial, tendo ficado acordado discutir no início de 2014, o modelo de governação da parceria territorial que deverá sustentar a estratégia a apresentar para o período 2014-2020.

ADRIMINHO promove debate sobre o DLBC

Identificar questões centrais do Desenvolvimento Rural Integrado do Base Comunitária (DLBC) no novo período de programação 2014-2020, que concorram para a definição de uma estratégia para o território Vale do Minho, foi o objetivo da sessão, realizada a 10 de janeiro, em Valença.

Dirigida aos associados da ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho, os trabalhos centraram-se na partilha de informação sobre o tema e auscultação de contributos “estratégicos” dos participantes.

CQEP substituem Novas Oportunidades

A rede nacional de Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), que substituem os Centros Novas Oportunidades (CNO), foi apresentada a 11 de dezembro, em Lisboa.

Mais de 200 CQEP em todo o país (82 no Norte, 97 no Centro e 35 no Sul) começam a funcionar, em fevereiro, sob a alçada de diversos promotores públicos e privados.

As ADL ADRIMAG, ADRUSE, ATAHCA e Rota do Guadiana viram aprovadas as suas candidaturas para a criação de CQEP em Arouca, Gouveia, Vila Verde e Serpa, respetivamente.

20 Anos ELOZ

As ADL Dueceira e Pinhais do Zêzere, que em conjunto trabalham a parceria e formam o território ELOZ. Entre serra da LOusã e Zêzere, celebram 20 anos e 2014. Para assinalar estas duas décadas de trabalho, reconhecido de dedicação e serviço em prol do desenvolvimento do mundo rural, as associações pretendem organizar vários eventos ao longo do ano.

No âmbito da atual medida LEADER do PRODER, das mais de 200 candidaturas, a Dueceira/GAL ELOZ aprovou 103 projetos, que correspondem a cerca de 9 milhões de euros de investimento total e 5,5 milhões de euros de despesa pública.

Livro Verde dos Montados

A edição do Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM) da Universidade de Évora, promovida por um conjunto alargado de entidades, entre as quais a Minha Terra, pretende constituir-se como um primeiro passo para uma efetiva definição e implementação de uma estratégia nacional para os montados.

Para além de abordar as várias definições de montado que se encontram na bibliografia, a publicação apresenta os produtos do montado, os sistemas de gestão sustentável do montado e o quadro legislativo atual.

Workshop de preparação das ELD 2014-2020

A Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Federação Minha Terra, com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional, organizaram um programa de formação-ação destinado a apoiar os Grupos de Ação Local (GAL) na preparação das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD) para o período de programação 2014-2020.

Os nove workshops, com 12 horas cada, realizados entre 15 de outubro e 18 de dezembro, em Évora, Guarda, Guimarães, Mirandela, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Vila do Bispo, registaram um total de 135 participantes dos GAL, que gerem a aplicação dos apoios das medidas LEADER dos programas de desenvolvimento rural do Continente (PRODER), Açores (PRO-RURAL) e Madeira (PRODERAM).

Dando continuidade às ações de formação promovidas no início de 2013, nos domínios de análise estratégica, da elaboração de estratégias e

conceção e avaliação de programas de desenvolvimento local, estes workshops promoveram a aplicação dessas competências ao contexto específico de intervenção de cada GAL, com vista à formulação das ELD para 2014-2020.

Combinando sessões teóricas e práticas, o programa permitiu aos participantes iniciar a atualização dos diagnósticos dos territórios de intervenção, verificando a pertinência dos objetivos que estão a ser prosseguidos nas atuais ELD, e proceder à avaliação dos resultados intercalares alcançados, segundo os critérios da relevância, da eficácia e de impacto, procurando retirar conclusões e identificar linhas estratégicas para a preparação do novo período de programação.

Os workshops ficaram marcados por um forte envolvimento nos trabalhos, para o qual muito contribuiu o bom nível de preparação das equipas e a capacidade de identificar e partilhar questões muitas vezes transversais a vários territórios.



Jornadas Técnicas para o Desenvolvimento Local

“Território, Ambiente e Recursos Naturais”, “Demografia e Capital Humano”, “Sector Social”, “Cultura e Património”, “Atividades Económicas” foram as temáticas das primeiras jornadas, promovidas nos dias 1 e 2 de fevereiro, em Cesar, pela Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria (ADRITEM).

Registando uma “forte adesão, com participada reflexão e muitos contributos”, segundo a coordenadora da associação, Teresa Pouzada, estas jornadas – cujo formato procura envolver todos os participantes de uma forma dinâmica – permitiram “identificar os problemas e as potencialidades da freguesia de Cesar e definir as linhas estratégicas do seu

plano de desenvolvimento para 2014-2020”.

Organizadas em parceria com a Junta de Freguesia de Cesar, o Município de Oliveira de Azeméis e a associação Villa Cesari, no Centro Cívico Justino Portal, contaram ainda com a participação de especialistas em diferentes áreas, que transmitiram experiência e conhecimento aos participantes, grande parte deles jovens ligados designadamente ao movimento associativo local.

A iniciativa da ADRITEM – realizada no contexto dos Encontros para o Desenvolvimento Local – irá percorrer, até junho, as freguesias dos cinco concelhos abrangidos: Valongo, Gondomar, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha.

TAGUS comemora 20 anos

Para assinalar a data, celebrada a 26 de novembro, a TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior organizou um programa de visitas a projetos apoiados, nos últimos cinco anos, no âmbito da abordagem LEADER do PRODER.

Convidando a comunidade a juntar-se à iniciativa, equipa e convidados percorreram os três concelhos de intervenção da associação, proporcionando o contacto direto com os beneficiários do apoio da abordagem LEADER.

As visitas aos projetos Horta Viva e Associação Filarmónica Montalvenses, em Constância, Santa Casa da Misericórdia de Abrantes e Vale de Ferreiros Agro-Turismo, em Abrantes e Centro Museológico Artelinho e Medida Larga, em Sardoal, seguiu-se um jantar de aniversário na Tasquinha da Aldeia. Aí, o coordenador da TAGUS, Pedro Saraiva, fez um balanço muito positivo destes 20 anos de atividade e intervenção da associação.

Desde 1995, a TAGUS já apoiou 312 projetos, somando um investimento total de cerca de 17,5 milhões de euros, que se traduzem em vastos benefícios para o Ribatejo Interior, contribuindo para a promoção da qualidade de vida, valorização do património e desenvolvimento económico da região.



Montanhas Mágicas certificadas como destino de turismo sustentável

A entrega do certificado à ADRIMAG, promotora da candidatura do território, integrou o programa do 8.º Encontro da Rede de Parceiros da Carta Europeia de Turismo Sustentável, organizado pela Federação Europeia de Parques, em Bruxelas, a 8 de novembro último.

Os valores naturais, geológicos e culturais do território, que envolve os maciços das serras de Montemuro, Arada e Gralheira, bem como a estratégia definida pela ADRIMAG e agentes locais, para os preservar e valorizar, com base em princípios de sustentabilidade ambiental e económica, cultural e social, estão na base do reconhecimento.

Puro Algarve, um piscar de olhos

Foi divulgado o primeiro vídeo da marca regional para o Turismo de Natureza do Algarve, desenvolvida pelos três GAL da região – ADERE/Vicentina, Interior Algarve Central/In Loco e Terras do Baixo Guadiana, no âmbito do projeto de cooperação LEADER “Um Outro Algarve”.

Esta nova marca visa minimizar os efeitos da sazonalidade do “turismo de sol e praia”, através de produtos que possam realçar o papel do turismo de natureza no desenvolvimento sustentável dos territórios do interior algarvio.

<http://www.puroalgarve.pt/>

TAGUS abre lojas para promover produtos locais

Os dois novos espaços de comercialização foram inaugurados em dezembro, funcionando em estreita parceria com os municípios de Constância e Sardoal, e os produtores locais.

A loja de Sardoal, “Cá da Terra”, e de Constância, “Camões com sabor”, juntam-se assim à Praça dos Sabores, que já funciona no Mercado Criativo, em Abrantes, desde 2011, permitindo reforçar a rede de valorização e promoção dos produtos locais da associação, que “espera que se tornem pontos de escoamento de referência em cada concelho para os produtores do Ribatejo Interior”.

(Re)Aprender – 300 horas de Formação para a Inclusão

Quinze formandos iniciaram, a 7 de janeiro, esta formação promovida pela associação ADICES, em articulação com a Câmara Municipal de Carregal do Sal, no âmbito do POPH.

A formação de 300 horas, a decorrer no Espaço@Carregal até final de março, dirigida a desempregados, grupos de risco, e beneficiários do rendimento social de inserção do concelho, visa a promoção de comportamentos positivos e proativos, contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e uma atitude de cidadania ativa.



PRODER, PRORURAL e PRODERAM

Balanço do LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural

Até ao final de 2013, das quase 10 mil candidaturas entradas nas Medidas LEADER dos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), Açores (PRORURAL) e Madeira (PRODERAM), os GAL aprovaram 5.450 projetos com dotação financeira, representando mais de 500 milhões de euros de investimento total e 7.241 novos postos de trabalho nos territórios rurais.

Os dados reportados a 31.12.2013 revelam uma evolução positiva relativamente ao ano anterior, com mais 1.836 projetos aprovados nos eixos LEADER do PRODER, 100 do PRORURAL e 50 do PRODERAM.

No Continente, os 47 GAL já aprovaram 4.935 projetos,

que correspondem a 572.050 milhões de euros de investimento total e 341.316 milhões de euros de despesa pública, e à criação de 7.066 postos de trabalho.

De forma a assegurar a execução integral das dotações das respectivas estratégias, os GAL foram autorizados, através de Despacho da Gestora do PRODER, a aprovar um conjunto de pedidos de apoio que se encontravam aprovados sem dotação financeira, no seguimento dos últimos concursos, encerrados em 2013.

Nos Açores, das 502 candidaturas entradas nos quatro GAL, foram aprovados 355 projetos, num investimento total de 20,8 milhões de euros e 13,5 milhões de euros de despesa pública, que irão criar

115 postos de trabalho na região.

Com data limite para aprovação de candidaturas a 31.07.2014, os GAL dos Açores aguardam resposta da Comissão Europeia sobre a 7.ª alteração ao PRORURAL, que inclui a transferência de 7.686.468€ (Despesa Pública) a distribuir pelos quatro GAL para reforço das respectivas Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Na Madeira, onde só foi possível iniciar a aplicação das Estratégias Locais de Desenvolvimento definida a partir de meados de 2009, o número de projetos aprovados pelos dois GAL ascende aos 160, potenciando a criação de 61 postos de trabalho.

Douro Superior entrega contratos do último concurso LEADER

Contando com a presença de 24 dos 69 promotores com projetos aprovados no último concurso LEADER do GAL Douro Superior, representando um investimento total aprovado de 3,2 milhões de euros e uma despesa pública de cerca de 1,6 milhões de euros, e 73 novos postos de trabalho no território, a cerimónia foi presidida pela gestora do PRODER, Gabriela Ventura.

Realizada na Associação dos Comerciantes e Industriais do Concelho de Moncorvo, a 27 de novembro, a sessão foi antecedida de um programa da visita a vários projetos apoiados no âmbito da medida LEADER e por outras medidas do PRODER neste concelho.

A comitiva, composta por técnicos e dirigentes da As-

sociação de Desenvolvimento Douro Superior, visitou o Museu de Cera, inaugurado na ocasião pela Gestora do PRODER, a Quinta das Aveleiras e a loja Arte Sabor e Douro (detentora da famosa amêndoa coberta de Moncorvo), e a Cooperativa de Produtores de Amêndoa de Torre de Moncorvo (Amêndoacoop).

O programa de visita ao território de intervenção do GAL Douro Superior, abrangendo os concelhos de Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro, integrou também o Solar da Ovelha Churra da Terra Quente, dinamizado pela associação de criadores ANCOTEQ, e uma unidade de turismo em espaço rural implantada na encosta da Serra do Reboredo, em Larinho.

Ação PRODER	Total de Candidaturas Entradas (1)		Candidaturas Aprovadas (com dotação financeira)			N.º postos de trabalho previstos projetos aprovados
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1.1 - Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola	740	125 208	413	64 035	35 280	498
3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Microempresas	2 965	380 215	1 509	171 209	98 237	2 818
3.1.3 - Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer	1 698	330 211	753	130 893	72 830	1 155
TOTAL Medida 3.1	5 403	835 634	2 675	366 137	206 346	4 471
3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural	1 903	179 498	1 134	89 561	53 737	531
3.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural	1 876	259 062	1 126	116 352	81 233	2 064
TOTAL Medida 3.2	3 779	438 559	2 260	205 914	134 970	2 595
TOTAL	9 182	1 274 194	4 935	572 050	341 316	7 066

Ação PRORURAL	Total de Candidaturas Entradas (1)		Candidaturas Aprovadas (com dotação financeira)			N.º postos de trabalho previstos projetos aprovados
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1.1 - Diversificação de Atividades não Agrícolas na Exploração	15	2 243 540	12	1 436 976	892 157	10
3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Microempresas	143	12 642 497	108	8 402 248	4 686 874	100
3.1.3 - Incentivo a Atividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural	21	2 280 312	13	799 668	390 553	5
TOTAL Medida 3.1	179	17 166 348	133	10 638 892	5 969 584	115
3.2.1 - Serviços Básicos para a População Rural	132	9 445 816	82	4 788 485	3 929 434	0
3.2.2 - Conservação e Valorização do Património Rural	191	8 080 945	140	5 455 136	3 675 322	0
TOTAL Medida 3.2	323	17 526 761	222	10 243 621	7 604 756	0
TOTAL Medida 4.1	502	34 693 109	355	20 882 513	13 574 340	115

PRODERAM	Total de Candidaturas Entradas		Candidaturas Aprovadas (com dotação financeira)			Postos de trabalho criados
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1 - Diversificação das Economias Rurais	10	1 554 278	10	1 554 278	1 100 710	22
3.2 - Serviços Básicos para a População Rural	8	599 667	8	599 667	543 190	0
3.3 - Conservação e Valorização do Património Rural	30	1 432 181	30	1 432 181	1 120 112	9
3.5 - Formação e Informação	0	0	0	0	0	0
TOTAL	48	3 586 126	48	3 586 126	2 764 012	31

Prémios de Comunicação PAC 2013

O projeto “Disseminação de boas práticas para a biodiversidade na aplicação de compromissos agroambientais”, da Liga para a Proteção da Natureza em parceria com a Confederação dos Agricultores de Portugal, financiado pelo Programa para a Rede Rural Nacional, e o projeto ‘Green Heart of Cork’ (No Coração do Montado) da WWF Mediterrâneo – Portugal foram galardoados com o segundo e terceiro lugares na categoria “comunicação com os stakeholders”.

A cerimónia de atribuição dos CAP Communication Awards 2013, que visam reconhecer os melhores e mais inovadores projetos na área do desenvolvimento rural e

Política Agrícola Comum em três categorias (comunicação com os stakeholders, comunicação com o público e comunicação inovadora), teve lugar na Comissão Europeia, em Bruxelas, a 9 de dezembro, de 2013, integrada na iniciativa Telling the Story – Communicating European Structural and Investment Funds 2014-2020”, que reuniu 811 participantes de 28 países, para discutir as melhores estratégias e técnicas de comunicação para aplicar aos cinco fundos estruturais da União Europeia.

A Minha Terra foi convidada pela Comissão Europeia a apresentar os programas de rádio Terra Viva realizados em parceria com a TSF, com



A Minha Terra foi convidada pela Comissão Europeia a apresentar os programas de rádio Terra Viva, realizados em parceria com a TSF.

▶ Descubra-os nesta página: <http://goo.gl/GZiwl8>

o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional, eleito o segundo melhor projeto na categoria “comunicação com o público” na edição de 2012 e considerado uma boa prática, relatando 30 casos reais de investimento LEADER no mundo rural.

Esdime celebrou protocolo com IEFP de Cabo Verde

O protocolo de cooperação, nos domínios da formação, emprego e empreendedorismo, celebrado entre a Esdime – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, o Centro de Emprego e Formação do IEFP e os municípios de

São Filipe e Ferreira do Alentejo, a 20 de dezembro, prevê a realização de várias ações de formação em 2014, assim como a operacionalização de um projeto-piloto de promoção do empreendedorismo na ilha do Fogo.

A iniciativa, marcando o encerramento do curso de Formação Inicial de Formadores promovido pela Esdime no Centro de Emprego e Formação Profissional do Fogo/Brava, que conferiu condições de certificação de formador a 20 residentes na ilha do Fogo, integra-se no protocolo de geminação entre os dois municípios e decorre do projeto de cooperação LEADER Energias Cooperativas, no âmbito do qual surgiu a possibilidade de criação da filial da Esdime em Cabo Verde,

em funcionamento desde novembro de 2012.

No quadro da missão a Cabo Verde, entre 6 e 21 de dezembro, foram desenvolvidos os trabalhos da elaboração conjunta, com os três municípios do Fogo, de uma proposta de definição de linhas estratégicas e de identificação de projetos prioritários nos domínios do turismo, património, agroalimentar e recursos humanos, e aprofundamento do projeto de promoção cultural “São Filipe, Cidade d’Arte”.

AL4ALL

Alentejo for all

Após quase uma década de intervenção nos territórios parceiros do Rotas sem Barreiras, iniciado no LEADER+ e consolidado na medida da Cooperação LEADER do PRODER, que permitiu tornar realidade a prática do turismo acessível, a Esdime e Terras Dentro têm a oportunidade de alargar o projeto a todo o Alentejo.

“AL4ALL – Alentejo for all” é a designação do novo projeto que permitirá às duas entidades, em estreita parceria com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo, implementar um conjunto de ações de informação e sensibilização sobre o turismo acessível, a realização do diagnóstico de acessibilidade e a produção do guia técnico de acessibilidade do destino turístico, com recurso à metodologia criada e utilizada no âmbito do projeto Rotas sem Barreiras.

Além de fornecer uma solução assistencial de mediação tecnológica de forma a permitir que a condição de saúde dos utentes não constitua uma barreira às práticas de turismo, o projeto visa o conhecimento das condições de acessibilidade dos diversos equipamentos, recursos e serviços de turismo de onde resultará a produção de um guia técnico e a integração desses referenciais no marketing nos produtos turísticos regionais.

AD ELO assume coordenação de dois CLDS

Os projetos, inseridos no Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), “iMontemor+” e “Cantanhede + Inclusivo” decorrem até junho de 2015.

Os objetivos passam pela promoção da inclusão social das pessoas através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade e para o combate das situações críticas de pobreza, melhorando os níveis de inclusão social, a qualidade de vida e bem-estar da população.

Minha Terra reforça comunicação e adere ao Facebook

Divulgar a atuação da própria federação e associados, abordar temáticas do desenvolvimento local e promover intervenções e projetos estão entre as razões que levaram a criar uma página na rede social Facebook.

Com um design apelativo e mais moderno, o renovado site institucional expressa a dimensão nacional da federação, que reúne 53 associações de desenvolvimento local, permitindo aceder aos conteúdos (associados, notícias, projetos, etc.) de forma mais eficaz e amigável.

<http://fb.com/MinhaTerra.FMT>

Minha Terra na Conferência Venkov 2013

A quinta edição deste evento anual realizou-se entre 1 e 3 de outubro de 2013, em Hranice, República Checa, organizada pela Associação para a Renovação Rural da República Checa, em articulação com a ELARD – European Leader Association for Rural Development.

O coordenador da Minha Terra, Luís Chaves, foi perito convidado no workshop sobre Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e no painel “O futuro das áreas rurais 2014-2020”, que contou entre os oradores com Petri Rinne, o presidente cessante da ELARD.

<http://www.elard.eu>

GAL TERRAS DE SICÓ com mais dois milhões de euros disponíveis

A atribuição do novo envelope financeiro permitirá ao GAL dar continuidade ao trabalho de apoio a iniciativas de desenvolvimento no território abrangido pelos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.

Entre os pedidos de apoio já referenciados, será apoiado um conjunto de propostas de investimento, ao nível da diversificação de atividades agrícolas, turísticas e de lazer, da valorização do património rural e serviços básicos para a população.

Territórios Rurais para um futuro sustentável

Demonstrar a viabilidade técnica e económica das fontes renováveis de energia nos territórios rurais e os resultados atingidos no projeto de cooperação LEADER Territórios Rurais Sustentáveis, foram os objetivos do seminário realizado a 19 de dezembro em Portalegre.

Contando na sessão de abertura com a presença da Gestora do PRODER, Gabriela Ventura, o programa integrou intervenções de representantes de várias entidades da área da energia, ambiente e tecnologias, que partilharam projetos experimentais no sector das renováveis e da eficiência energética de pequena escala, experiências de implementação de microprodução e o seu enquadramento a nível nacional.

Num segundo momento, os trabalhos centraram-se na

apresentação dos resultados, recomendações e impactos do projeto nos territórios de intervenção dos seis GAL parceiros: LEADER OESTE, ADAE, AD ELO, ADER-AL, ADICES e ATAHCA.

Procurando demonstrar como as soluções técnicas implementadas (quase duas dezenas de equipamentos de energia solar, eólica e hídrica) podem constituir-se como alternativas viáveis e sustentáveis para as organizações dos territórios rurais, os GAL evidenciaram os resultados atin-

gidos, que superaram amplamente os programados.

Para além das mais-valias geradas nos territórios abrangidos pela parceria (reconhecimento intrarregional dos GAL, aquisição de novas competências, aumento da capacidade de replicar boas práticas, etc.), o projeto resultou na edição do “Manual de apoio ao investidor em meio rural de projetos de energias renováveis e eficiência energética”, que se propõe ajudar a dinamizar a economia local.



A AD ELO iniciou, em dezembro, um ciclo de oficinas com o objetivo de sensibilizar as crianças do Pré-escolar e 1.º Ciclo sobre a temática das energias renováveis e eficiência energética. Promovidas em parceria com entidades

locais da área da educação, privilegiam a aplicação prática dos conhecimentos obtidos no projeto Territórios Rurais Sustentáveis, através de exercícios e jogos assentes em material didático disponibilizado para o efeito.

Espera-se que estas ações, a desenvolver até final do ano letivo, promovam uma maior integração intergeracional, através da transmissão dos conhecimentos e práticas para a família.



Seminário final do QTA

Realizado em Alcanena, a 10 de dezembro, o seminário final do projeto de cooperação LEADER Qualificação do Turismo Ativo (QTA) ficou marcado pela apresentação dos resultados alcançados pela parceria, composta por 13 GAL do Continente e dois dos Açores.

Na sua intervenção, o coordenador da ADIRN, Jorge Rodrigues, destacou a

assinatura do protocolo da rede de empresas parceiras e definição de 10 pressupostos de qualidade, a criação de 23 planos de desenvolvimento empresarial, 29 produtos turísticos criados e auditados, ao nível da qualificação das empresas, e a realização de duas jornadas de credenciação para 14 peritos e 21 jornadas técnicas especializadas para 274 participantes de 37 empresas,

no que respeita à qualificação dos recursos humanos. Na vertente da comunicação e marketing do QTA, salientam-se inúmeras atividades de divulgação e promoção da marca criada (World Adventure), como a participação em feiras do sector, roadshow, portal World Adventure e a edição de diversas publicações.

Os trabalhos ficaram ainda marcados pela apresentação

A ADRUSE promoveu, de 22 a 24 de novembro, a primeira edição do Festival Internacional de Passeios Pedestres.

Organizada no âmbito do projeto QTA, em parceria com a Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM), a iniciativa juntou 180 participantes de vários países, que caminharam ao longo de quatro rotas

em torno das aldeias de Loriga e Cabeça.

A divulgação e promoção da rede de percursos “Os Caminhos da Montanha” – 14 rotas, num total de 100 km de caminhos devidamente sinalizados – constituem os principais objetivos do evento, que pretende ser regular e de grande amplitude na consolidação da Serra da Estrela como destino de turismo de natureza.

do “Plano Estratégico Nacional para o Turismo – Futuro da Animação Turística em Portugal”, “Plano de Desenvolvimento Empresarial” e “Plano de Comunicação e Marketing”.

O seminário, contando com as presenças dos presidentes dos municípios de

Alcanena e de Torres Novas (e da ADIRN), e da diretora da DRAP Lisboa e Vale do Tejo, que enaltecem o projeto e sublinharam o grande potencial do sector e a importância dos agentes locais na valorização e promoção dos recursos dos territórios, registou mais de meia centena de participantes.



A cooperação LEADER nas Estratégias Locais de Desenvolvimento

Exposição Cooperação LEADER 2010-2013

Trinta e cinco projetos de cooperação interterritorial e transnacional – objetivos, actividades e principais resultados – integram esta exposição, que ilustra a diversidade de temáticas, objetivos e dimensão da cooperação LEADER.

A exposição, inaugurada no seminário de encerramento do projeto Terri-

tórios Rurais em Rede II, organizado pela RRN e Minha Terra, visa despertar para a intervenção dos GAL e o importante papel dos projetos de cooperação no desenvolvimento dos territórios rurais e a relevância da cooperação nas Estratégias Locais de Desenvolvimento.

A cooperação LEADER como parte integrante das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD) dos Grupos de Ação Local (GAL) foi a principal ideia defendida no seminário realizado a 11 de dezembro, em Alcanena, numa organização conjunta da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)/Rede Rural Nacional (RRN) e Minha Terra, que marcou o encerramento do projeto Territórios Rurais em Rede II.

O balanço da cooperação LEADER no atual período de programação e as perspetivas de futuro foram as principais linhas de força do encontro, que reuniu 82 participantes de várias organizações, designadamente, dos GAL/ADL.

Os trabalhos, contando com as presenças, na abertura, da presidente da Câmara Municipal de Alcanena, Fernan-

da Asseiceira, do diretor da DGADR, Pedro Teixeira, da presidente da Federação Minha Terra, Regina Lopes, e da coordenadora da RRN, Maria Custódia Correia, proporcionaram – como esperado – uma excelente oportunidade para debater a cooperação LEADER.

O painel da manhã, moderado pela coordenadora da RRN, centrou-se no Ponto de situação da cooperação transnacional no período 2007-2013, apresentado por Pedro Brosei, da DG AGRI/Comissão Europeia, que também deixou Orientações para a Cooperação LEADER 2014-2020, no Balanço da cooperação LEADER no PRODER, partilhado por Rui Rafael, do Secretariado Técnico do PRODER, e nas questões da monitorização e avaliação dos projetos de cooperação, explicadas por António Oliveira das Neves, no âmbito

do Estudo da Cooperação LEADER realizado com apoio do Programa para a Rede Rural Nacional.

A sessão da tarde, com moderação da diretora da DRAP Lisboa e Vale do Tejo, Elizete Jardim, privilegiando a apresentação de projetos de cooperação interterritorial e transnacional, foi protagonizada pelos coordenadores dos GAL da ADIRN, Jorge Rodrigues, e ATAHCA, José Mota Alves, e da coordenadora do GAL CORANE, Luísa Pires, que partilharam as suas experiências de cooperação, apontando as principais vantagens e condicionantes desta abordagem, que terá de ser assumida “como uma forma de estar e fazer desenvolvimento”, segundo a presidente da Minha Terra, Regina Lopes.

Considerando a cooperação LEADER “um instrumento

valioso para levar mais longe as estratégias de intervenção dos GAL”, Regina Lopes referiu que a cooperação, além de ajudar as ADL a ser melhores organizações, permite “alavancar de forma mais coerente e eficaz os processos de desenvolvimento dos territórios”.

Numa altura em que a maioria dos projetos de cooperação interterritorial e transnacional chega ao fim, e estão já a ser tomadas decisões sobre o futuro dos territórios rurais, o encontro permitiu recentrar a discussão do papel dos GAL no próximo período de programação (2014-2020), reafirmando a importância da integração da cooperação nas Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD).

“A cooperação tem de estar no centro da nossa intervenção” sublinhou Regina Lopes, evidenciando a necessidade de mecanismos mais ágeis, ao

nível da simplificação dos procedimentos, que possibilitem uma forma mais fácil e segura de envolver os parceiros dos territórios, e do financiamento da cooperação, que significa um esforço muito grande para os GAL.

Responsáveis pela dinamização de quase meia centena de projetos de cooperação no âmbito da Medida LEADER dos atuais Programas de Desenvolvimento Rural (PRODER, PRORURAL e PRODERAM), dados a conhecer através de uma publicação e exposição, que evidenciam a dimensão da Cooperação LEADER, os GAL desejam que o novo ciclo de programação permita reforçar esta componente do LEADER, capaz de dar resposta a necessidades e problemas concretos, e gerar um valor acrescentado no desenvolvimento dos territórios rurais.

Cooperação LEADER – Avaliação, monitorização e repertório de projetos

A edição da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Federação Minha Terra, publicada no âmbito do projeto Territórios em Rede II, com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional, retrata a

diversidade de temáticas, objetivos e dimensão (financeira e das parcerias) da Cooperação LEADER.

Incluindo um estudo sobre monitorização e avaliação de projetos de cooperação LEADER e um

reportório de projetos de cooperação (17 interterritoriais, 19 transnacionais) dinamizados pelos GAL, a publicação dá pistas importantes para que sejam ultrapassados os principais constrangimentos desta abordagem,

que promove a partilha do conhecimento e experiências e permite aos territórios rurais alcançar escala e complementaridades.

<http://goo.gl/auSDVi>



Os fundos comunitários e as estratégias políticas

Desde a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, muito do desenvolvimento em Portugal foi determinado pela pertença a esse espaço económico e político. A abertura das fronteiras, primeiro, e a adesão à moeda única, depois, transformaram o tecido económico português, debilitando alguns setores tradicionais em Portugal, mas criando condições para que alguns (infelizmente poucos) novos despontassem.

A adesão à União Europeia permitiu-nos, então, trilhar um caminho em que primeiro houve uma aceleração do nosso desenvolvimento, a que correspondeu uma convergência com a média europeia, mas depois verificou-se uma desaceleração e voltámos a divergir. É esse caminho, que ainda hoje percorremos, que nos permitiu um grande salto em áreas que nem sempre nos recordamos de valorizar: entre muitos outros aspetos, foi graças à EU e à ameaça de perderem o acesso aos fundos comunitários que todos os

Municípios fizeram Planos Diretores Municipais que, apesar das muitas deficiências de alguns, permitiram dar início a políticas de ordenamento do território com alguma consistência; foram as regras ambientais europeias que obrigaram a que se fizesse estudos de impacto ambiental das grandes obras; foram os apoios comunitários que permitiram levar água canalizada e saneamento básico à maioria da população.

Para estas aquisições se realizarem foi necessário tomar opções políticas. Perante os fundos comunitários que nos eram acenados, o país adaptou-se o melhor que soube para aproveitar esses fundos e tentar atingir taxas de execução próximas de 100 por cento, para “não desperdiçar fundos comunitários”, até porque, dada a crónica carência de meios, os fundos comunitários eram o único meio possível para realizar avultados investimentos públicos.

Como resultado, o país foi definindo as suas políticas e, portanto, as suas

estratégias de desenvolvimento muito mais em função do que era cada regulamento comunitário, para maximizar o seu aproveitamento, do que em visões de médio-longo prazo relativamente às linhas de desenvolvimento estratégico mais úteis e coerentes para a situação do país. Subordinou assim as suas políticas a uma estratégia global que tinha em vista os objetivos globais da União (e, tantas vezes, com uma orientação predominantemente vinculada à visão dos grandes países da UE), prescindindo de definir políticas centradas nas estratégias nacionais e que procurassem aproveitar os fundos comunitários para a implementação dessas estratégias (mas que porventura não aproveitariam os fundos comunitários de forma tão eficiente). Os fundos comunitários tornaram-se, portanto, em larga medida, elementos orientadores das políticas nacionais.

Adicionalmente, o modelo dos fundos comunitários, tipicamente com lógicas, objetivos e estruturas de gestão

independentes, era consonante com a forma como a Administração Central portuguesa sempre se organizou, o que só veio reforçar o centralismo e a visão setorial e não integrada das intervenções.

É por isso que esta experiência LEADER, que leva já mais de 20 anos, é tão rara e considerada um exemplo tão inovador, apesar de aparentemente tão óbvia. Por realizar intervenções territorializadas e multisetoriais. Por aplicar metodologias de intervenção que contrariam toda a experiência existente. No mesmo sentido vai o Desenvolvimento Local de Base Comunitária, com a sua abordagem multifundos, motivo pelo qual se antevêm tantas dificuldades para conceber a forma como este se poderá operacionalizar, mas que contém também o potencial de produzir mudanças mais profundas na forma como temos olhado para as políticas.



O futuro dos territórios rurais

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

O próximo período de programação de fundos comunitários irá consagrar um novo modelo de gestão territorializada de fundos comunitários, que se designa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Inspirado no LEADER, que toma como orientação, o DLBC está a ser amplamente debatido pelos agentes ligados ao desenvolvimento rural, que perspectivam algumas importantes oportunidades que o novo modelo poderá trazer, mas alertam também para os riscos que se antecipam na possível configuração dos regulamentos e respetiva operacionalização.

Foi para realizar esta análise que a Federação MINHA TERRA realizou, em setembro passado, a conferência “O futuro dos territórios rurais: Desenvolvimento Local de Base Comunitária”, que contou com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional. A ocasião permitiu juntar mais de uma centena de atores locais, responsáveis da administração central,

regional e local, académicos, representantes de organizações setoriais e outros agentes de desenvolvimento.

Interessantes e animadas discussões puseram em confronto as opiniões dos oradores e participantes, que convergiram também em aspetos fundamentais, designadamente na importância de preparar atempadamente o próximo período de programação, na oportunidade que a abordagem multifundos proporciona e no papel determinante dos Grupos de Ação Local (GAL) na dinamização dos territórios rurais.

O novo período de programação de fundos comunitários representa um desafio muito significativo para os territórios rurais, pelo que, de acordo com Regina Lopes, presidente da MINHA TERRA, “as parcerias que têm dado corpo à intervenção LEADER têm de ser mais representativas, alargadas e tornarem-se ainda mais representativas”. Mas é também um grande desafio também para a Administração Pública, afirmou na ocasião, porque

a dotação de uma lógica multifundos no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) obriga a Administração a trabalhar também dessa forma, quando a gestão dos fundos é feita habitualmente de forma independente e até espartilhada.

Arlindo Cunha, presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão e ex-ministro da Agricultura, sustentou na conferência que “não há uma verdadeira política de desenvolvimento rural”, explicando: “mesmo as políticas agrícolas europeias, a que por conveniência política foi dado o nome de desenvolvimento rural”, apesar de pouco aí haver de desenvolvimento rural e serem essencialmente agrícolas, receberam esse nome “para que os decisores políticos de outros setores pudessem ser mais compreensivos com o dinheiro gasto com a agricultura”.

Realçando o papel das Comunidades Intermunicipais como entidades sub-regionais fundamentais na criação e aplicação de estratégias de desenvol-

vimento, até pelo poder político que detêm pelo facto de serem representantes eleitos pelos cidadãos, defende a necessidade de realizar uma boa articulação dessas estratégias com as estratégias LEADER, pois só assim se consegue eficácia nas intervenções.

O que está em causa no novo período de programação, considera o consultor António Oliveira das Neves, é “maximizar os recursos agora disponíveis, encarando-os numa perspetiva territorial, para podermos concretizar as abordagens estratégicas de desenvolvimento desses territórios”. Para tal, defendeu, é fundamental o papel dos GAL, que contêm uma experiência de promoção do desenvolvimento rural local que trabalha com duas coisas determinantes: o conhecimento dos territórios e uma experiência acumulada de gestão de recursos de financiamento públicos que têm sido relevantes para o desenvolvimento rural.

Cláudia Costa, Diretora-Adjunta do Gabinete de Planeamento e Políticas, que interveio na conferência em representação do Secretário de Estado da Agricultura, afirmou que apesar do papel fundamental da agricultura nos territórios rurais, a diversificação das atividades em meio rural é absolutamente necessária, sublinhando também a importância da representatividade dos vários setores e atividades nas parcerias territoriais.

Preservando os princípios da Abordagem LEADER, defendeu Regina Lopes, apostando na inovação, valorizando os recursos locais, privilegiando o trabalho em rede e uma intervenção de proximidade, atenta às realidades dos lugares e às necessidades das pessoas, o DLBC poderá responder aos desafios que se colocam aos territórios rurais.



Foto: União Europeia

Publicados regulamentos dos fundos europeus

Em dezembro de 2013 foram publicados no Jornal Oficial da União Europeia os principais regulamentos dos Fundos Estruturais para o período de 2014-2020. O regulamento das disposições comuns ao FEADER, FEDER, FSE, FEAMP (mar e pescas) e Fundo de Coesão, assim como os regulamentos específicos da maioria destes fundos, vêm assinalar a intenção das instituições europeias de que os fundos europeus sejam aplicados de uma forma diferente do que acontecia no passado, privilegiando a integração e as abordagens territoriais.

A Comissão propõe agora uma metodologia de gestão inspirada na abordagem LEADER, designada de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), que será a ferramenta por excelência para promoção do desenvolvimento rural integrado, podendo recorrer a vários fundos, cuja aplicação deverá ser articulada, para aumentar a eficácia e coerência da aplicação dos fundos.

A publicação destes documentos segue-se ao acordo alcançado entre a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, relativo ao orçamento da União e às principais orientações para os regulamentos de cada fundo, acordo que resultou de uma negociação exigente, particularmente no

que respeitou à reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

A nova PAC terá como objetivos ser mais amiga do ambiente, mais equitativa (entre agricultores e entre Estados-Membros) e mais transparente. Apesar destes objetivos, o novo regulamento não deixou de ser alvo de críticas, sobretudo por ter ficado aquém do esperado ao nível das medidas agro-ambientais, bem como por ter reduzido a dotação destinada ao desenvolvimento rural numa maior proporção do que a redução global do seu orçamento.

Para o LEADER foi definido, à semelhança do que sucedeu no período de programação anterior, que terá de ser destinado, no mínimo, cinco por cento do montante atribuído ao desenvolvimento rural. Este valor, realça-se, é o mínimo para cada um dos Estados-Membros, havendo vários que no passado atribuíram volumes maiores, em função das necessidades dos seus territórios rurais – como é o caso de Portugal, que em 2007-2013 destinou 10 por cento ao LEADER.

O total da PAC consagra 8,1 mil milhões de euros para Portugal, dos quais 4,1 mil milhões são reservados ao primeiro pilar – pagamentos diretos e medidas de mercado – e 3,6 mil milhões ao segundo pilar – desenvolvimento rural.



Foto: Mario Zapatería

O Desenvolvimento de Base Comunitária no Acordo de P

Assumindo que a territorialização das políticas públicas deverá estar alinhada com a organização territorial do Estado, o Acordo de Parceria apresentado pelo Governo português à Comissão Europeia propõe a escala NUT III (ou agrupamentos de NUT III contíguas) como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, dois dos instrumentos apresentados no âmbito da Abordagem integrada para o desenvolvimento territorial na aplicação dos Fundos Estruturais e de Investimento.

No caso das áreas rurais, costeiras e territórios urbanos desfavorecidos de Áreas Metropolitanas, esta escala de intervenção terá de ser articulada com as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), que poderão ser rurais, costeiras ou urbanas, cuja escala territorial será a dos Grupos de Ação Local (GAL).

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) surge então como o instrumento regulamentar que, sob a responsabilidade dos GAL, será utilizado para implementar as

estratégias. Potenciando a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz bottom up, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, o DLBC visa especialmente promover, em territórios específicos, a concretização estratégica e operacional entre parceiros, focalizado na concretização integrada de investimentos que assegurem a produção de resultados significativos no desenvolvimento local e diversificação das economias locais.

Para colocar o DLBC em ação, as estratégias terão de ser aprovadas com base num processo de seleção concorrencial envolvendo Grupos de Ação Local (que para além da abordagem LEADER, integram entidades representativas das restantes dimensões económica e social do território), em que não haverá alocações pré-definidas.

Os GAL selecionados serão responsáveis pela implementação das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária que, sem prejuízo de contributos para os restantes objetivos temáticos, deverão contribuir



Desenvolvimento Local Comunitária e Ambiental

especialmente para a prossecução dos seguintes: reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura; preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.

De modo a potenciar o impacto das Estratégias de Desenvolvimento Local, os GAL-DLBC podem, em função da estratégia delineada, beneficiar da complementaridade dos apoios dos vários fundos comunitários disponíveis: FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (como já acontecia), FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (como sucedia nos Grupos de Ação Costeira), mas agora também do FSE – Fundo Social Europeu e do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. As modalidades de investimento poderão incluir subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como outros instrumentos financeiros.

Ao nível da operacionalização regista-se uma diferença substancial relativamente ao que até aqui sucedia: até agora, os GAL decidiam, no âmbito dos respetivos órgãos de gestão locais, os projetos que eram apoiados, no futuro prevê-se que tenham de apresentar uma proposta de decisão às Autoridades de Gestão dos PO financiadores, para cada uma das operações candidatas enquadradas nas EDL. A produção de resultados, face às estratégias locais aprovadas, constituirá a fundamentação principal das decisões de financiamento dos projectos.

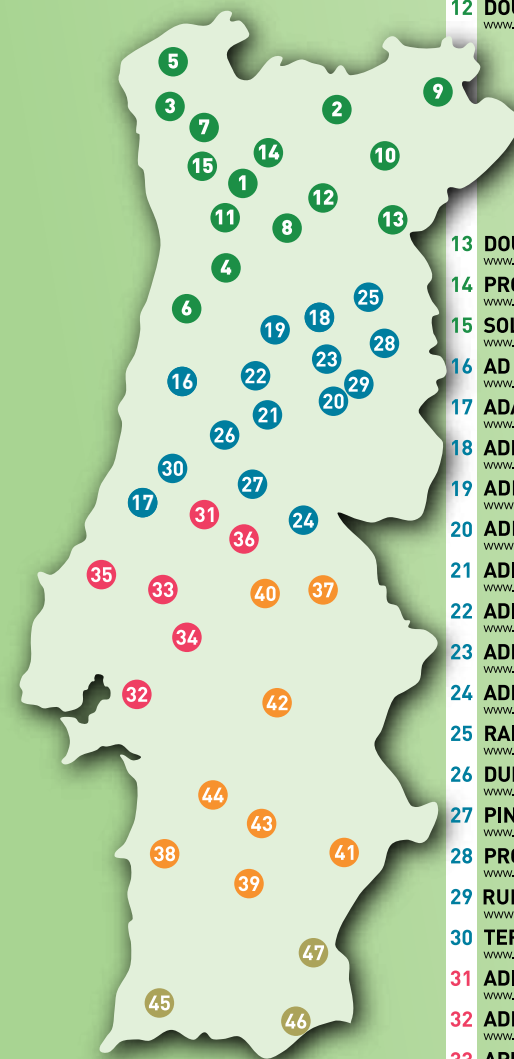
Para evitar lacunas e sobreposição de intervenções, nomeadamente entre as ITI e o DLBC, a recém-criada da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que resultou da fusão do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional com o Instituto de Gestão do FSE e o Observatório do QREN, irá acompanhar a fase de implementação, criando mecanismos específicos de monitorização operacional e estratégica, numa ótica transversal aos vários Programas Operacionais financiados.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adriem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 AD RUSE
www.adruse.pt
- 24 AD RACES
www.adraces.pt
- 25 RAIÁ HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA
www.adrama.pt

ENTREVISTA

Manuel Castro Almeida é Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Licenciado em Direito, foi Técnico Superior e mais tarde Administrador da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Em 1991 foi eleito Deputado à Assembleia de República. Entre 1993 e 1995 foi Secretário de Estado da Educação e de Desporto. Em 2001 foi eleito Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira, e reeleito em 2005 e 2009. Foi vice-presidente da Junta Metropolitana do Porto e presidente da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria.



2014-2020: prioridade a bons projetos

Como avalia o resultado para Portugal das negociações do novo período de programação de fundos comunitários, tanto em termos de volume de financiamento como da regulamentação já definida?

Avalio de forma positiva. Num contexto em que as negociações do quadro financeiro plurianual, ou seja, do orçamento comunitário, foram objeto de posições de partida muito divergentes e aparentemente irreconciliáveis com uma fortíssima tendência para que o orçamento comunitário contraísse, Portugal obteve no conjunto da coesão e da agricultura um valor próximo dos 28.000 milhões de euros.

O envelope nacional sofreu uma redução, que apesar de se situar próximo dos 10 por cento, foi uma redução inferior à que sofremos na transição do período 2000-2006 para 2014-2020, sendo que o contexto negocial, como é do conhecimento geral, foi particularmente difícil.

É também de destacar que, na generalidade, as nossas preocupações foram refletidas quer no Quadro Financeiro Plurianual, quer nos regulamentos dos fundos.

Havia muita resistência a manter a regra do pré-financiamento (quando o quadro arranca são feitas transferências a título de pré-financiamento para

todos os países, sem exigir pedidos de pagamento que, por sua vez, só se concretizam quando já há execução); verificou-se uma pressão enorme em torno das taxas de cofinanciamento (pressão no sentido da sua descida); foi muito difícil incluir nos regulamentos a extensão do chamado regime especial de taxas mais favoráveis (o famoso *top-up*).

Apesar de tudo, e como testemunham os regulamentos, a regra do pré-financiamento (com montantes mais baixos) manteve-se, as taxas de cofinanciamento são equiparáveis às atuais e o regime de taxas especiais sobreviveu.

Formalmente o novo período de programação já se iniciou, mas o Acordo de Parceria e os regulamentos nacionais ainda não foram aprovados. Quando estima que abram os primeiros concursos em Portugal? O processo está atrasado?

Os processos comunitários, como não poderia deixar de ser, obedecem a regras. E as regras aqui são muito simples. Não há submissão formal de Programas Operacionais sem que o Estado-membro em causa submeta formalmente o Acordo de Parceria.

Nenhum Estado-membro pode submeter o Acordo de Parceria por outra via que não a do sistema de informação

que a Agência para o Desenvolvimento e Coesão partilha com a Comissão Europeia.

Este sistema de informação para o ciclo 2014-2020 só é operacionalizado após a publicação dos regulamentos dos fundos, o que aconteceu a 20 de dezembro de 2013.

Para esclarecer o intervalo de tempo entre 20 de dezembro e 30 de janeiro (data de submissão formal do Acordo de Parceria de Portugal) recordo que os sistemas de informação dos novos ciclos têm de ser operacionalizados em simultâneo em todos os Estados-membros e que são sujeitos a testes.

Ainda que Portugal tentasse cem vezes por dia submeter formalmente o Acordo de Parceria, antes da penúltima semana de janeiro tal não seria possível.

O arranque do ciclo de programação está atrasado em toda a União Europeia e estamos obviamente preocupados com a impossibilidade de não termos já no terreno os novos Programas Operacionais a mobilizar dinheiro para as empresas.

Procurámos tirar o máximo de benefício do processo de negociação informal que iniciámos com a Comissão Europeia em janeiro de 2013 e, desta forma, resolver a maior parte das questões em que não existia convergência de opiniões.

Estamos empenhados em assegurar o pleno do início de ciclo – abertura de concursos e processamento dos primeiros pagamentos – no segundo semestre de 2014.

No período 2007-2013 verificou-se uma grande dinâmica de alguns sectores do Desenvolvimento Rural em Portugal. No novo período haverá instrumentos para incentivar essa dinâmica? Que sectores serão privilegiados?

Não iremos privilegiar sectores. Iremos privilegiar bons projetos. Dito isto, é verdade que, no novo período, haverá mais instrumentos e uma articulação acrescida em matéria de financiamento em prol do desenvolvimento rural. Podemos sintetizar o que teremos entre 2014-2020 na seguinte imagem: os fundos estruturais e o FEADER estiveram em fase de namoro no ciclo 2007-2013, seguindo-se o casamento no segundo semestre de 2014. A união passou a ser formal e mais intensa. A complementaridade de intervenção entre os fundos resulta evidente no Acordo de Parceria.

O sucesso da intervenção dos Grupos de Ação Local na aplicação do LEADER levou a Comissão Europeia a pretender reforçar o seu papel no novo período. Esta intenção será concretizada em Portugal? De que modo?

As informações que nos chegam da Comissão Europeia são que Portugal

“Contamos com o empenhamento, a experiência e as particulares competências dos Grupos de Ação Local para dinamizarem os apoios ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, com um foco especial nos desempregados. Esta opção traduz um forte impulso à dinamização de emprego ao nível local e será realizada com recurso a dois fundos da política de coesão: FSE e FEDER.”

é um dos poucos países que propôs que o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (abordagem territorial que sucederá ao LEADER) fosse implementado com recurso a fundos da política de coesão, mais concretamente FEDER e FSE, para além dos já mobilizados no atual período, i.e., o FEADER e o FEAMP.

Contamos com o empenhamento, a experiência e as particulares competências dos Grupos de Ação Local para dinamizarem os apoios ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, com um foco especial nos desempregados. Esta opção traduz um forte impulso à dinamização de emprego ao nível local e será realizada com recurso a dois fundos da política de coesão: FSE e FEDER.

Ao longo dos quadros comunitários, os procedimentos têm-se tornado cada vez mais pesados para os promotores de projetos, pois o discurso político acerca da simplificação não tem sido acompanhado pelos programas e sistemas de apoio. O que está pensado para tornar os apoios mais amigos do empreendedor?

Reconheço que há uma dissonância entre as promessas de simplificação nos fundos comunitários e o reforço das regras burocráticas que na generalidade acompanha sempre a abertura de novos períodos de programação.

Nos momentos de transição a discussão sobre a necessidade de simplificação é muito ruidosa mas os resultados destas discussões ficam sempre abaixo das expectativas.

Não é irrelevante no reforço das regras que à medida que os ciclos se vão sucedendo a participação da Comissão Europeia em matéria de gestão de fundos diminua. Quanto mais poderes e mais responsabilidades transitam para os Estados-membros, mais regras surgem.

Criámos recentemente um grupo que se dedicará a estudar medidas concretas de simplificação, salvaguardando sempre o rigor e a exemplar regularidade a que estamos, e devemos estar,



Quando falamos por exemplo em especializações produtivas estamos obviamente a admitir, e bem, que há diferenciações no território materializadas em diferentes recursos produtivos, distintas bacias de emprego, diferenciadas culturas e características sociais.

Não tenho dúvidas nenhuma de que há determinadas políticas que exigem conhecimentos de proximidade e que há outras que, para além disso, exigem também ações de proximidade. Os Grupos de Ação Local e os Grupos de Ação Costeira são células relevantes na concretização de algumas destas ações.

obrigados na medida em que sendo ou não comunitário estamos a tratar de dinheiro público.

Já identificámos algumas medidas e linhas de ação que encontram incorporadas na versão do Acordo de Parceria que submetemos no final de janeiro à Comissão Europeia, designadamente a criação do Balcão Único de Candidatura e da Base Única de Promotores, a simplificação do quadro regulamentar nacional – evitando a multiplicidade de regulamentos específicos e de enquadramentos adotados entre 2007 e 2013 e concentrando normas atualmente dispersas em diplomas enquadramentos – e a aplicação mais generalizada de metodologias de custos simplificados na fundamentação da despesa. Não podemos ser apenas ambiciosos nas promessas, temos de evidenciar ambição nos resultados.

Em que medida o envolvimento de um número alargado de parceiros e a proximidade com a comunidade, característicos do trabalho das Associações de Desenvolvimento Local, podem contribuir para o desenvolvimento e a coesão dos territórios?

No desenho do próximo ciclo de intervenções, responder aos desafios dos territórios é um imperativo que está a marcar de forma exigente o exercício de programação.

Os territórios apresentam diferenças, há fatores que lhes são específicos.

“O arranque do ciclo de programação está atrasado em toda a União Europeia e estamos obviamente preocupados com a impossibilidade de não termos já no terreno os novos Programas Operacionais a mobilizar dinheiro para as empresas.”

- 1 Como avalia a articulação das políticas de desenvolvimento rural com outras políticas do território?
- 2 Que resultados pode gerar esta articulação no desenvolvimento dos territórios?
- 3 O DLBC poderá contribuir para o desenvolvimento integrado dos territórios?



Telmo Pinto

1 O desenvolvimento faz-se pelas pessoas e para as pessoas e em territórios de baixa densidade como o Douro Verde, para além de uma missão é um grande desafio. Desde 2000 que Portugal está em rota de divergência com a Europa sendo um dos países onde o nível de desigualdades mais se tem acentuado. São evidentes as assimetrias entre o litoral e interior, onde persistem dificuldades ao nível das acessibilidades e mobilidade, fatores críticos para a competitividade dos territórios. Importa, por isso, estabelecer bases comunicacionais entre o mundo rural e o mundo urbano, potenciando as oportunidades que cada realidade oferece. Apesar da apreensão do conceito de articulação entre as diferentes políticas não ser imediata, considero que estamos no bom caminho em alguns setores de atividade, nomeadamente na agricultura, objeto de uma crescente valorização. A experiência LEADER é um bom exemplo de intervenção territorial assente numa lógica *bottom up*, a partir da qual nos é permitido atuar numa perspetiva multissetorial.

2 Em linha com a Estratégia Europa 2020, os resultados deverão ser territórios rurais inteligentes, sustentáveis e inclusivos, ou seja, territórios mais atrativos para a população residente, visitantes e investidores. Para tal as políticas nacionais e regionais devem permitir validar estratégias que promovam a dinamização e a mobilidade de recursos humanos, contrariando a emigração de recursos humanos qualificados e a desertificação acelerada do interior, devendo igualmente colocar-se o enfoque na valorização dos recursos endógenos,

atribuindo-lhes valor e tornando-os bens transacionáveis. Enquanto entidades responsáveis pela gestão de fundos ao nível local, os GAL têm uma perspetiva multissetorial do território, acompanhando e influenciando dinâmicas territoriais, quer na sua dimensão económica quer social, devendo continuar a assumir o papel de facilitadores de investimento, privilegiando o conhecimento, a inovação (tecnológica e social) e a criatividade.

3 O conceito DLBC, permitirá aos GAL intervir de uma forma integrada no território, afigurando-se por isso como um instrumento decisivo na prossecução do desenvolvimento rural dos territórios. Contudo existem vários desafios que se colocam, desde logo a necessidade de articulação das estratégias de desenvolvimento local com as estratégias regionais, definidas ao nível das NUT II e NUT III. Para isso a concertação territorial entre os diferentes *players*, é decisiva para uma boa planificação dos investimentos. O outro desafio que se coloca, e no meu entendimento onde reside também a grande oportunidade das DLBC, é a abordagem multifundos, não circunscrevendo os apoios apenas ao FEADER mas alargando o nosso raio de atuação ao FSE e FEDER, de uma forma integrada, a ser refletida na EDL. E de facto só assim faz sentido: pensar-se o território, valorizando-se o todo em detrimento do somatório das partes, permitindo-nos intervir onde é necessário.

Telmo Pinto é Presidente da DOLMEN – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega



Mário Fidalgo

1 Um território e a correspondente realidade local, nas suas diversas configurações, assume uma complexidade tal que não permite estabelecer uma fronteira clara entre uma matriz rural, urbana, ou outra que se queira atribuir como rótulo. A construção programática de políticas públicas ou programas de apoio, responde a esta diversidade de forma segmentada, pois é mais simples organizar as medidas assim, do que tentar responder a uma realidade complexa. Ao nível local as entidades que protagonizam a intervenção constroem as suas estratégias tendo em conta o território e as suas dinâmicas e não unicamente os instrumentos que lhe servem para cumprir os seus objetivos. Daí que esta tarefa se tem revelado algo complexa, pois articular localmente políticas diferenciadas com modelos de intervenção igualmente diferentes, que sobre o mesmo território estejam a confluir, exige um nível de articulação que muitas vezes não existe. Esta constatação permite afirmar que não tem existido uma eficaz articulação entre políticas e medidas de programação, e quando existem assume caráter muito sectorial, não sendo transversal às dinâmicas de intervenção local.

2 Partindo da ideia que a articulação existente não é a desejável, a conclusão imediata que se pode extrair é que para o desenvolvimento integrado dos territórios não tem sido possível maximizar a intervenção local numa lógica de complementaridade entre políticas. O desenvolvimento e a coesão territoriais partem de modelos de intervenção integrados onde as áreas económicas, sociais e culturais estão

alinhadas com as linhas estratégicas das diferentes políticas no sentido da sua implementação no tempo e espaços corretos. Assim, de uma boa articulação de políticas resultará evidentemente um processo de desenvolvimento dos territórios mais coerente e eficaz.

3 Na construção programática do DLBC encontra-se presente a premissa de que o desenvolvimento se efetua numa dimensão *bottom-up*, partindo de um território e da sua dinâmicas, onde confluem as diferentes medidas de política. Assim torna-se evidente que os principais desafios que são colocados aos diferentes Estados-Membros se situa ao nível da construção de medidas de política que permitam articular o máximo de recursos que possam ser mobilizados sobre o mesmo território. O enunciado presente no DLBC, de uma abordagem territorial integrada assente numa perspetiva de recursos multifundos, onde se exige uma vasta articulação intersectorial, permite perspetivar que nos encontramos em presença de um instrumento de política territorial que, *a priori*, se traduzirá numa boa metodologia de intervenção que só poderá traduzir-se num desenvolvimento mais integrado dos territórios. Através da abordagem LEADER já foi possível traduzir estas premissas programáticas em experiências de intervenção com resultados positivos para o território. Assim, uma adequada construção do DLBC, ao incorporar os princípios do LEADER, possibilitará a construção de estratégias locais que aplicarão o princípio do desenvolvimento integrado de base local.

Mário Fidalgo é Diretor Executivo da AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego



Alentejo Os novos desafios

O apoio do INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 e dos programas regionais dos anteriores períodos de programação tem permitido dotar a região Alentejo de um conjunto de infraestruturas e equipamentos diversos, que muito têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população.

Também os apoios já concedidos pelo INALENTEJO às empresas da região têm constituído um contributo importante para a promoção da sua competitividade através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa no mercado global, a criação de novos conhecimentos, a promoção da inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem

a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento.

O Alentejo está a mudar, há hoje uma maior capacidade de incentivar o dinamismo empreendedor e de potenciar a valorização dos recursos endógenos, incluindo algo que é fundamental para o desenvolvimento de qualquer região que é a qualificação e competências, tudo isto somado fará com que o Alentejo junte aquilo que fez no passado e foi bom, aos novos desafios que estão à nossa frente.

A nível do INALENTEJO, simplificaram-se procedimentos, reorganizaram-se as equipas, estabeleceu-se contacto direto com os potenciais

promotores estimulando-os a recorrer ao programa, partilhando prioridades de investimento, garantindo que os promotores executam adequadamente as suas operações e a equipa do INALENTEJO os apoia, verifica e concretiza os procedimentos com rapidez. Aumentou a execução, cumpriram-se prazos, racionalizaram-se as operações e os apoios, com maior abrangência de intervenções, território e diversidade de agentes.

O planeamento e parcerias têm sido uma constante também nas outras áreas de competência da CCDRA - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo, onde se tem procurado um desempenho mais responsabilizador, tendo como referencial o conceito de administração empreendedora, que estabelece princípios e

orientações mas que também equaciona e operacionaliza soluções para dar resposta às solicitações que lhe são colocadas. A redução de prazos de resposta com o necessário aumento da transparência nos processos, a adaptação dos recursos humanos e a adaptação da estrutura organizacional da CCDRA ao novo paradigma de licenciamento são desafios que temos empreendido.

A CCDRA realizou recentemente a dinamização de um processo técnico e de participação e consulta pública na região, para efeitos de preparação do novo ciclo de fundos comunitários para o período 2014-2020. Tratou-se de um processo de planeamento exigente e complexo, em que a colaboração e a parceria empenhada dos Atores Regionais representativos das diferentes dimensões (política, económica, social, ambiental e associativa) foi um elemento determinante, tendo culminado na aprovação por unanimidade do “Documento de referência para o Plano de Ação Regional Alentejo 2020” pelo Conselho Regional da CCDRA, em setembro de 2013. Esta articulação com todos os agentes regionais continua a ser efetuada de forma ativa e constante para trocar informação, atualizar dados, auscultar opiniões.

Os desafios que se impõem ao Alentejo são a necessidade de continuar a promover os três vetores centrais do desenvolvimento desta região,

inscritos nos eixos estratégicos “Alentejo 2015”:

- Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego
- Abertura da economia, sociedade e território ao exterior
- Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental

Ou, como se perspetiva no Programa Estratégico ‘Alentejo 2020’, uma estratégia de desenvolvimento para a Região ancorada na seguinte Visão:

Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.

Embora ainda em preparação, sabemos já que o Programa Operacional Regional 2014-2020 será plurifundos (FEDER e FSE) e irá promover fundamentalmente a competitividade do tecido económico regional e a criação de emprego, num quadro de crescimento que se pretende tecnologicamente mais avançado e inovador, sustentável e inclusivo.

Costuma dizer-se que ‘a união faz a força’, na região temos que encontrar cada vez mais formas de organização e de criação de sinergias, que permitam alcançar os nossos objetivos de desenvolvimento, tem que existir uma aposta mais forte na competitividade das empresas para criar mais riqueza, mais valor acrescentado, conciliar a especialização da vertente económica-produtiva com sustentabilidade, sem esquecer a inclusão social.

Em torno do ambiente e recursos naturais e da cultura e património, não precisamos de discriminação positiva, devemos buscar a diferenciação competitiva.



António Costa Dieb
Presidente da CCDR-Alentejo



Articulação da política de desenvolvimento rural com outras políticas do terr

Estamos na fase final de preparação dos novos programas e medidas que hão de dar corpo à aplicação em Portugal de um novo ciclo de políticas comuns da União Europeia (U.E.). Daí, a justificada preocupação de, ao implementá-las, se assegurar no terreno a respetiva articulação, conforme específica, de resto, o Artigo 7.º do Tratado de Lisboa sobre o Funcionamento da União Europeia (TFEU). No que respeita ao desenvolvimento rural, esta articulação é particularmente importante com a política dirigida ao

desenvolvimento das regiões, apesar de ser também relevante a sua compatibilidade com as políticas agrícola e ambiental, sendo a coordenação com esta última exigida pelo Artigo 7.º do TFEU). As presentes considerações incidirão sobre a articulação das políticas de desenvolvimento rural¹ e regional, tendo em conta a fortíssima interface entre elas.

Uma das mais importantes dimensões deste novo ciclo de políticas tem a ver com os problemas e necessidade dos territórios rurais². E impõe-se começar por sublinhar desde

já que a U.E. ainda não foi capaz de definir e criar, enquanto política comum, aquilo a que poderíamos, com propriedade, chamar uma Política de Desenvolvimento Rural (PDR). Sendo certo que existe com este nome uma política dentro da PAC, designada desde a Reforma da Agenda 2000 de 1999 como o seu segundo pilar, certo é também que esta não tem arcaboço que corresponda à ambição da designação, pois que é essencialmente uma política de apoio à modernização das estruturas agrárias e agroalimentares que, a partir

da Reforma da PAC de 1992, foi evoluído para uma política mais horizontal, com incorporação das preocupações ambientais, da qualidade e segurança dos alimentos, do bem-estar animal, do combate às alterações climáticas e, naturalmente, da diversificação económica dos territórios mais marcadamente agrícolas. Na verdade, a problemática do desenvolvimento rural tem na sua essência a ver com a globalidade da economia e não apenas com a agricultura. Até porque, mesmo nos territórios mais agrícolas, este setor está

longe de ser o mais importante, quer em termos de criação de riqueza, quer de emprego.

Em paralelo com esta abertura da PAC a horizontes mais vastos que os estritamente confinados ao setor agroflorestal, a Política de Desenvolvimento Regional e de Coesão (PDRC) foi também evoluindo, desde as intervenções iniciais do FEDER numa ótica de intervenção avulsa em obras públicas, até a uma visão cada vez mais estratégica de desenvolvimento, especialmente a partir do primeiro Pacote Delors de 1989, que



itório

na verdadeira problemática do desenvolvimento rural, verdade igualmente é que a PDRC nunca teve a problemática do mundo rural, designadamente a sua estrutura e dinamização económica, no seu epicentro. Compreende-se, assim, que num tal contexto, os recursos financeiros desta última política tenham sido prioritariamente afetos às grandes infraestruturas, aos equipamentos e aos sistemas gerais de incentivos. Em relação àquelas, sucede com frequência que as opções feitas refletem excessivamente a lógica dos serviços públicos ou das autarquias locais, subvalorizando frequentemente a perspectiva dos agentes económicos, que pouca influência têm nas opções de fundo. No caso dos sistemas de incentivos, o processo é normalmente centralizado, perdendo com frequência uma perspectiva de desenvolvimento sustentado a que os projetos aprovados deveriam obedecer e, sobretudo, não tem incorporado minimamente uma sensibilidade para as micro iniciativas e as microempresas.

Com os inevitáveis riscos de uma simplificação excessiva, pode dizer-se que a política regional está mais centrada na promoção das cidades intermédias, nas PME e nas grandes e médias acessibilidades, enquanto que a política de desenvolvimento rural está mais vocacionada, ainda que não exclusivamente, para apoiar o empresário-agricultor e o pequeno empresário local, as micro-empresas (quase sempre as únicas existentes nas zonas mais predominantemente rurais ou do rural profundo), e as iniciativas de muito pequena escala que escapam à esfera de ação regular das políticas regionais convencionais.

Temos, assim, que, à falta de uma verdadeira política de desenvolvimento rural, o que temos são medidas de desenvolvimento rural, as quais estão dispersas por diferentes políticas, designadamente estas duas. É neste contexto que defendo desde há muito que Programa LEADER deixe de ser uma iniciativa comunitária de carácter mais ou menos experimental/metodológico, para passar a assumir uma expressão de política comum de desenvolvimento rural, nas suas diferentes dimensões, e com financiamento plurifundos. Não havendo atualmente

Defendo desde há muito que o Programa LEADER deixe de ser uma iniciativa comunitária de carácter mais ou menos experimental, para passar a assumir uma expressão de política comum de desenvolvimento rural, nas suas diferentes dimensões.

políticas plurifundos de raiz, ou seja, assim concebidas ao nível da UE, a regulamentação estabelecida permite, porém, que os Estados-Membros possam desenhar e aplicar programas com estas características.

É neste contexto que o Acordo de Parceria Portugal 2020, na versão enviada à Comissão Europeia no final do mês passado, apresenta como plurifundos os Programas Operacionais (PO) Regionais, as Intervenções Territoriais (ITI) – que serão concretizados através de Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) – e o Programa LEADER. É a este nível que a articulação tem maior expressão, já que todas estas três tipologias de instrumentos de intervenção contêm políticas/medidas de apoio ao desenvolvimento rural.

No que em particular respeita às ITI, estão desde já previstas duas: uma dirigida à problemática do mar e outra ao Alqueva. Sem pôr em causa qualquer uma destas escolhas, muito especialmente a primeira, afigura-se-me, de longe, ainda mais prioritária uma ITI especificamente dirigida ao combate das assimetrias de desenvolvimento entre o interior e o litoral, com um generoso pacote de medidas e recursos destinadas a incentivar o investimento e a criação e ou a ampliação de empresas nestas áreas. O que pressuporia uma elegibilidade mais ampla do que as ITI previstas para

as NUT III ou agrupamentos destas, contendo, designadamente, instrumentos de apoio directo à atividade económica. O seu sucesso implicaria a existência de uma Política Fiscal coerente com estes mesmos objectivos, assim como uma verdadeira Política de Reforma do Estado, que reduzisse a despesa pública onde ela se concentra, em vez de andar a extinguir serviços públicos em nome de uma racionalidade tecnocrática de economias de escala, cuja lógica se aplica inquestionavelmente a muita coisa, mas não a esta; pois que, na verdade, se o Estado não serve para manter a coesão nacional, então não serve para nada. Manter a coesão é garantir que não exista discriminação entre cidadãos no que respeita ao acesso de serviços públicos básicos, que cabe ao Estado fornecer ou assegurar que sejam fornecidos.

A configuração do Portugal 2020 irá, mais uma vez, refletir inexoravelmente a tradicional compartimentação da organização do Estado por ministérios verticais, onde sobressai o vazio de instituições político-administrativas regionais com poderes de aprovação democrática de estratégias e programas de desenvolvimento a essa escala. A que acresce, na atual conjuntura, a falta de experiência e de capacidade técnico-administrativa das instituições de carácter sub-regional. Por ambas as razões, faz todo o sentido a preocupação pela coerência e articulação de políticas e medidas.

Em conclusão: na falta de uma política integrada de desenvolvimento rural, ou de um programa plurifundos dirigido especificamente a resolver problemas do mundo rural, impõe-se assegurar alguns princípios básicos. O primeiro é definir bem as estratégias de desenvolvimento territorial para os vários níveis dos territórios, designadamente os níveis regional e sub-regional. O segundo é que, independentemente da autonomia funcional e financeira dos diferentes programas que contenham medidas de desenvolvimento rural (programas operacionais temáticos, regionais, PDCT ou LEADER), a estratégia de desenvolvimento só pode ser uma para o mesmo território. Terceiro, consequentemente, estes programas não podem incorporar medidas que sejam entre si contraditórias

ou encorajem os agentes económicos em sentidos diferentes, nem pode haver mais do que uma elegibilidade para uma determinada matéria. Finalmente, devem ser afinados os órgãos institucionalmente responsáveis pela aplicação dos diferentes programas para assegurar uma monitorização permanente da sua aplicação.

Os recursos são escassos e os problemas dos territórios rurais enormes. Por isso, mais do que nunca, se impõe um particular cuidado de articulação das diferentes políticas, medidas e apoios. E como não temos, infelizmente uma organização do Estado que favoreça a dimensão territorial que deveria ser o espaço matricial das políticas públicas de desenvolvimento, temos que fazer um redobrado esforço de cooperação interinstitucional. Mas é preciso que essa seja uma real preocupação de quem nos governa e que se defina claramente quem é que, aos diferentes níveis dos territórios, deve liderar.

Notas:

- 1 Apesar de o princípio da articulação entre políticas se aplicar de forma universal em todas as dimensões do Programa de Desenvolvimento Rural, é especialmente a componente Desenvolvimento Local que, pela sua complexidade, merece maiores cuidados. A componente Competitividade e Organização da Produção (a maior do Programa) está facilmente articulada com a Política Agrícola Comum (PAC) por via da responsabilidade institucional e de gestão do Ministério da Agricultura; e a de Ambiente, Eficiência no Uso dos Recursos e Clima incide em larga medida sobre a mesma PAC e uma parte menor com a Rede Natura.
- 2 A União Europeia considera como rurais os territórios com densidades inferiores a 300 habitantes por quilómetro quadrado e cujas populações vivam em aglomerados com menos de 5.000 habitantes. Dentro destes, existem os predominantemente rurais, os intermédios e os predominantemente urbanos. Os primeiros representam 57% do território da U.E.27, 24% da sua população e 19% do PIB (Ver DGAgri (2011) Rural Development in the European Union – statistical and economic information).



Arlindo Cunha
Economista, Professor da Universidade Católica-Porto e ex-Ministro da Agricultura

obrigou os Estados-Membros à elaboração e aprovação dos Quadros Comunitários de Apoio, com a consequente definição de uma estratégia de desenvolvimento desagregada nos seus diferentes níveis territoriais e a correspondente afetação dos recursos. Desta forma, a PDRC foi incluindo cada vez mais medidas de apoio ao desenvolvimento das áreas rurais, quer integradas em programas Operacionais Regionais, quer em Programas Nacionais de carácter temático.

Mas se é verdade que a PDR apenas toca marginalmente



O desenvolvimento em áreas rurais

Na encruzilhada de diferentes políticas públicas

Qualquer debate sobre desenvolvimento rural confronta-se com duas questões de fundo, uma relacionada com o próprio conceito de 'rural' e outra com a natureza das políticas ditas de desenvolvimento rural.

Não é fácil lidar hoje com o conceito de 'rural'. É verdade que o conceito tradicional de rural como área fortemente dependente de atividades agrícolas e agroindustriais, habitada por populações com baixos níveis de instrução e com condições de vida e de acessibilidade desfavoráveis

já não é o dominante. A multifuncionalidade dos espaços rurais e a pluralidade de situações no seio do 'rural' ganharam, entretanto, reconhecimento suficiente para integrarem qualquer discurso sobre o futuro das áreas rurais. Apesar disso, as categorias de rural e de urbano, consideradas de forma dicotômica ou como extremos de um contínuo de situações diferenciadas, continuam a estruturar grande parte do nosso entendimento acerca das dinâmicas territoriais e das suas oportunidades de desenvolvimento.

'Rural' e 'urbano' são hoje conceitos caóticos, persistindo mais por inércia cultural e institucional.

Existe, pois, uma tensão evidente entre, por um lado, o reconhecimento generalizado da necessidade de flexibilizar

e diferenciar o conceito de 'rural' e, por outro, a formulação de políticas coerentes de desenvolvimento das áreas rurais. 'Rural' e 'urbano' são hoje conceitos caóticos, persistindo mais por inércia cultural e institucional, por interesses corporativos ou como consequência da existência de políticas específicas do que pelo facto de corresponderem a realidades autónomas.

As políticas que continuamos a designar de desenvolvimento rural traduzem a evolução sucintamente referida no parágrafo anterior. Elas são,

de alguma forma, uma versão alargada de políticas agrícolas, abarcando agora temas como a biodiversidade, a paisagem, as amenidades locais ou as atividades ligadas à visão pós-productivista de rural (turismo rural, energias renováveis, etc.). Em países como Portugal, marcados pela ausência de políticas nacionais fortes, a política rural estrutura-se basicamente em função da Política Agrícola Comum (PAC) e sem relação direta com a Política de Coesão. Isto significa que um território classificado como rural é alvo,



Foto: Jared Tarbell

O conceito tradicional de rural como área fortemente dependente de atividades agrícolas e agroindustriais, habitada por populações com baixos níveis de instrução e com condições de vida e de acessibilidade desfavoráveis já não é o dominante.

Quadro Estratégico Comum definem objetivos e procedimentos que asseguram uma maior coerência entre as várias políticas e instrumentos de programação. E também é certo que, de uma forma sem precedentes, foram estabelecidos objetivos temáticos e prioridades de investimento comuns a todos os Estados-Membros. Este enquadramento comunitário tem, sem dúvida, a vantagem de garantir *ex ante* um maior grau de coerência, complementaridade e sinergia entre distintas políticas e respetivos instrumentos. Mas em países muito dependentes de políticas e orientações comunitárias, como Portugal, vai certamente contribuir para adiar a questão essencial: como criar condições para aumentar as oportunidades dos diferentes territórios, isto é, de combinações específicas comunidades / economia / ecologia, com atores, instituições e culturas de governança particulares? E como delimitar esses territórios? Adotando delimitações político-administrativas? Definindo regiões funcionais, baseadas em diferentes tipos de interdependência e integração territorial (bacias hidrográficas, redes ecológicas, movimentos pendulares casa-trabalho, sistemas locais de alimentação, etc.)? Demarcando espaços com significativa identidade histórica, cultural e paisagística? Considerando áreas relevantes para objetivos

específicos de política e onde exista experiência acumulada de trabalho em parceria? Ou levando em consideração os resultados de análises baseadas em indicadores demográficos, de desenvolvimento ou outros, que permitam, por exemplo, definir categorias como espaços rurais e urbanos, áreas de baixa densidade, etc.?

A melhoria das condições de desenvolvimento em áreas rurais dificilmente passará, em vários aspetos essenciais, por políticas de desenvolvimento rural. Não por demérito destas políticas, mas porque os centros onde são tomadas as decisões que mais condicionam – positiva ou negativamente – o futuro das comunidades, da economia e da ecologia das áreas rurais estão, em grande parte ou mesmo na sua maioria, localizados em áreas urbanas ou noutros países. Mas, ao mesmo tempo, não haverá desenvolvimento em áreas rurais sem a participação ativa das comunidades, dos atores e das instituições locais, nomeadamente no âmbito de políticas de desenvolvimento rural. Como gerir esta tensão?

A preparação dos documentos programáticos relativos ao ciclo comunitário 2014-20 foi precedida e acompanhada por três debates convergentes mas relativamente autónomos, um sobre estratégias de desenvolvimento de base

A melhoria das condições em áreas rurais dificilmente passará por políticas de desenvolvimento rural. Não por demérito destas políticas, mas porque os centros onde são tomadas as decisões estão, em grande parte ou mesmo na sua maioria, localizados em áreas urbanas ou noutros países.

territorial (*place-based initiatives*), outro sobre a territorialização de políticas setoriais e um terceiro sobre a importância das relações urbano-rural e das regiões funcionais não coincidentes com espaços político-administrativos ou de planeamento pré-definidos. A influência desses debates é visível nos documentos programáticos que enquadram os Acordos de Parceria para 2014-20, com destaque para os instrumentos de programação Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), este último muito influenciado pela filosofia LEADER mas com aplicação extensível a áreas urbanas e urbano-rurais.

Se a prosperidade e sustentabilidade futuras em áreas rurais não depende sobretudo de políticas de desenvolvimento rural, e sendo as dinâmicas de mercado incapazes de resolver os problemas estruturais com que as comunidades e as economias destas áreas se confrontam, como garantir um impacto conjugado coerente por parte de políticas com objetivos e domínios de aplicação distintos mas com incidência num mesmo território? As estratégias e intervenções integradas de base territorial (multissetoriais e multifundo) respondem a uma parte da questão colocada. Mas, embora essenciais, são por si só insuficientes. Ou seja, o desenvolvimento em áreas rurais pressupõe como condição necessária, mas não suficiente, a existência de políticas de desenvolvimento rural e de intervenções integradas de base territorial. O que falta, então? A nosso ver, a questão anterior deve ser respondida no contexto de uma questão mais ampla: como assegurar a necessária complementaridade e a adequada sinergia entre distintas políticas com incidência, direta ou indireta, num mesmo território?

A resposta a esta questão mais vasta inclui diversos ingredientes: adoção de referenciais estratégicos estáveis de ordenamento do território (PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PROT – Programa Regional de Ordenamento do Território, etc.) como critério de avaliação de projetos; criação de sistemas regionais de governança, envolvendo entidades responsáveis por

diferentes políticas e programas e partes interessadas mais relevantes, permitindo que as CCDR funcionem como veículos efetivos de coordenação e desenvolvimento regional; avaliação periódica do impacto territorial conjugado das várias políticas e programas por região-plano, recorrendo a metodologias específicas para esse efeito (TIA – Territorial Impact Assessment); criação de um centro de racionalidade e de monitorização estratégica “Território” do Portugal 2020 e do Programa de Desenvolvimento Rural no âmbito da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. Apenas assim será possível entender e influenciar os processos de desenvolvimento em áreas rurais a partir de uma ótica que transcenda os processos de ruralidade, enquadrando-os, do ponto de vista das dinâmicas de mudança e das políticas, num quadro mais amplo de desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia nacionais. Em suma, pensando o rural para além dele próprio mas reconhecendo o seu papel essencial na construção do futuro do país.



João Ferrão
Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

simultaneamente, de políticas de desenvolvimento rural (PAC) e de políticas de desenvolvimento regional (política de coesão), políticas essas que prosseguem objetivos e apoiam medidas e iniciativas que não raro se sobrepõem, se canibalizam reciprocamente pelos efeitos contraditórios que desencadeiam ou que deixam “vazios” por falta de uma identificação clara de distribuições de responsabilidades institucionais.

É verdade que para o período comunitário 2014-20 a Estratégia Europa 2020 e o

NA ROTA DA ECOPISTA DO DÃO



Ecopista do Dão

Percurso de ligação entre o meio urbano e rural, que se prolonga por cerca de 50 quilómetros, atravessando três concelhos – Santa Comba Dão, Tondela e Viseu –, a Ecopista do Dão é a maior do país.

Assente na antiga Linha do Dão, desativada em 1988, que ligava Santa Comba Dão a Viseu, acompanhando ao longo de parte do seu percurso o rio com o mesmo nome e o seu afluente, o rio Paiva, a ecopista do Dão é apontada também como uma das mais bonitas de Portugal e da Europa, tendo sido distinguida pela Associação Europeia de Vias Verdes, em 2013, na categoria Excelência dos Prémios Europeus de Ecopistas.

Sem subidas significativas e com um pavimento firme, cimentado e liso, e equipamento diverso destinado ao lazer e prática de caminhada, corrida ou passeio em

bicicleta, é fácil, segura e agradável de percorrer, total ou parcialmente, num só sentido ou nos dois.

Utilizada sobretudo pelas populações locais, que aliam a vontade de passear num local bonito à prática de exercício físico, a Ecopista do Dão começa também a atrair gente de fora, interessada em conhecer melhor a região.

Do Caramulo às Terras do Dão e Lafões, não é difícil encontrar motivos e infraestruturas para uma estada, mais ou menos prolongada, nesta zona do país, entre o litoral e o interior, entre o norte e o sul do país, com um rico património, ambiental e cultural.

Sugerimos iniciar a ecopista em **1 Santa Comba Dão**. A primeira das 19 estações da antiga linha ferroviária, inaugurada em 1890, que não está localizada em Santa Comba Dão mas muito próximo, em Vimieiro, na margem sul do rio Dão.

Vale a pena percorrer, a pé ou de bicicleta, os primeiros quilómetros desta via, junto às margens do rio Dão, num percurso de grande beleza. Pretendendo iniciar o percurso logo pela manhã, quando há menos tráfego de caminhantes e ciclistas, aconselha-se que chegue a Santa Comba

Dão de véspera, de comboio ou transporte próprio.

Para além da oportunidade de conhecer melhor o centro da cidade, que surpreende pelo casario, como a **2 Casa dos Arcos** (antigo Solar dos barões de Santa Comba), onde funciona a Biblioteca Municipal, e o seu admirável Largo do Rossio, não deixe de ir até ao miradouro do Outeirinho para apreciar as pontes sobre o rio Dão, a nova, em cima, e a velha, em baixo.

Com tempo, poderá ainda partir à descoberta das pequenas aldeias rurais, cheias de encantos que merecem passagem, como Colmeosa, Nagosela e **3 Treixedo**, onde abundam solares, igrejas e capelas ao gosto barroco.

Para dormir, a associação ADICES aconselha a unidade de turismo rural **4 Quinta do Rio**, em São João de Areias, à beira do Dão e muito próximo da ecopista, e onde é possível alugar bicicletas para fazer o percurso linear, que tem indicações da quilometragem a cada 500 metros.

Ao km 6 a estação de Treixedo ainda não está requalificada mas a antiga ponte metálica do caminho-de-ferro sobre o rio Dão foi totalmente recuperada e faz agora parte da Ecopista do Dão. Vale a pena atravessar a ponte sobre o rio Dão e só então ponderar continuar ou regressar a Santa Comba Dão, ainda a tempo de almoçar no res-

taurante **5 Cota Máxima**, apoiado no âmbito da medida LEADER do PRODER, através da ADICES.

Seguindo viagem, a cor do pavimento muda de azul (concelho de Santa Comba Dão) para verde (Tondela) ao km 14,5, na estação de

Tonda. O trajeto tem sempre vistas muito bonitas sobre o vale do rio Paiva, afluente do Dão mas também muitas vinhas.

Para alcançar a estação de Tondela terá de



Termas de S. Pedro do Sul



Pastéis de Vouzela



Laranjais de Castelões



1 Santa Comba Dão



Caramulo, Tondela





As estações de Tonda, Tondela, Sabugosa (km 26,8) e **7 Parada de Gonta** (km 29,8) foram requalificadas com o apoio da Medida LEADER do PRODER, através da associação ADICES. O projeto apre-



Maçã Bravo de Esmolfe DOP

sentado pela autarquia visou não só a recuperação dos edifícios, de grande interesse patrimonial, como a sua refuncionalização, por meio da instalação de associações culturais ou desportivas ou clubes recreativos como é o caso dos cais das estações de Tonda e Tondela.

Sensivelmente a meio do trajeto da ecopista, a estação de Tondela afigura-se um bom ponto de chegada, bem como de partida, quer no sentido de Santa Comba Dão, quer de Viseu.

Antes ou depois de percorrer a ecopista, sugerimos que deixe a cidade para trás, rumo ao ponto mais alto da Serra do Caramulo, conhecido por **8 Caramulinho** (1070 m). Para lá das paisagens deslumbrantes, propomos que percorra as aldeias serranas, onde só por si a natureza oferece uma grande diversidade de interesses, dos campos cultivados aos moinhos de água e espigueiros.

A proposta são os percursos pedestres da pequena rota dos Laranjais, das Cruzes, dos Caleiros, de Santiago, dos Moinhos e do Linho. Um projeto dinamizado pelo município em parceria com a ADICES, que procura revitalizar algumas das enormes potencialidades do

património natural e cultural do concelho de Tondela, e ainda contribuir para a divulgação do artesanato e da gastronomia locais.

Em Tondela, ao nível de alojamento, poderá optar entre uma pequena unidade de turismo rural, a **9 Casa da Portela**, em São João do Monte, que beneficiou do apoio do LEADER+, ou o grande Hotel do Caramulo, no sopé da Serra.

Aproveite para conhecer o museu do Caramulo, com a sua famosa coleção de automóveis antigos, os Moinhos Souto Bom, na freguesia de Caparrosa, e as olarias de Molelos, de onde sai a característica louça de barro preto.

De regresso à ecopista, na estação de Parada de Gonta poderá visitar o Castro dos Três Rios, a Lagareta, as janelas Manuelinas e diversas sepulturas medievais e pelourinhos.

Chegando à estação de Farninhão o pavimento muda novamente de cor, de verde para encarnado, o que significa que entrou no concelho de Viseu. O percurso até à cidade de Viseu são mais 16 km.

Ao km 36,5 na estação de Torredeita está estacionada



Fonte de Santar, Nelas

uma locomotiva a vapor de 1885; aproveite para ver o seu interior e imagine como seria abastecer esta máquina com carvão. Em Mosteirinho (km 38,2), não deixe de contemplar a bonita ponte desenhada por Eiffel, que é um dos momentos mais emblemáticos do percurso. Na estação de Figueiró (km 41), existe um agradável esplanada que convida a uma curta pausa, antes de conquistar os últimos oito quilómetros da ecopista, já muito urbanos dentro da cidade de Viseu.

Os últimos ou, melhor seria dizer, os primeiros, já que este troço de oito quilómetros foi o primeiro a abrir ao público, na Primavera de 2007, embora só posteriormente, com o prolongamento a Tondela e Santa Comba Dão, a ecopista tenha sido oficialmente inaugurada, o que aconteceu em julho de 2011.

O projeto da reconversão do antigo ramal ferroviário em ecopista começou a ser desenhado em 2001, na altura em que a Refer criou o Plano Nacional de Ecopistas, com vista à requalificação e reutilização das linhas e canais ferroviários sem exploração em algumas regiões. Inicialmente lançada pelos três municípios, a infraestrutura é atualmente da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões.

10 Viseu merece uma visita demorada, percorrendo o centro histórico para admirar, entre outros vestígios da história, a imponente e medieval Sé e o Museu Grão Vasco, que alberga um riquíssimo espólio, nomeadamente obras de pintura, escultura e artes decorativas.

Se conseguir resistir ao poder de atração da capital do distrito, parta à descoberta dos concelhos vizinhos, como Vila Nova de Paiva, principalmente se é entusiasta da arqueologia, ou São Pedro Sul, para uma visita às termas e à antiga estação de caminho-de-ferro, hoje Estação de Artes e Sabores

– antiga estação de caminho-de-ferro, cujas instalações foram recuperadas com o apoio da ADDLAP –, onde poderá apreciar o artesanato local e comprar algumas peças de tecelagem, madeira, cortiça ou xisto, mas também alguma da doçaria regional, com destaque para os doces regionais, como as queijadas e os caçoi-linhos do Vouga.

Podendo prolongar a estada na região, conheça melhor o território de intervenção da associação ADDLAP, que abrange ainda os concelhos de Oliveira de Frades e Vouzela, e parta em direção às Terras do Dão (Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e Sátão) – onde intervém a associação ADD –, em busca dos sabores desta região, que tem como referências o vinho do Dão, o queijo da Serra, os doces conventuais e a emblemática maçã Bravo de Esmolfe DOP, principal produto da Cooperativa Agrícola de Mangualde, que tem um posto de venda ao público, apoiado pelo LEADER+.

O mais certo é querer voltar, para contínuas descobertas... a pé ou de bicicleta, eleita pela ONU como o transporte ecologicamente mais sustentável do planeta.



Entidade gestora da Ecopista do Dão
Comunidade Intermunicipal Dão-Lafões
Rua Dr. Ricardo Mota
Ed. Novo Ciclo – Centro de Recursos Culturais, Ala A
3460-613 Tondela
T. +351 232 812 156
F. +351 232 812 157
www.cimvdl.pt
municipios@amrdl.pt

Ecopista do Dão no Facebook
www.fb.com/ecopistadodaodao

caminhar, ou pedalar, mais seis km, mas vale a pena. Uma vez que a ecopista não passa pelo centro da cidade propomos uma paragem para retemperar forças à mesa do restaurante **6 3 Pupos**, em Tonda.



Chocolateria Delícia

“Para além da ajuda financeira, o apoio do LEADER deu-nos coragem para avançar, sem nos sentirmos tão sozinhos.”

Manuela Soares, proprietária

Chocolates e bombons, confeccionados de forma artesanal, a partir de matérias-primas selecionadas de alta qualidade, e embalados ao gosto do cliente, são a grande aposta da Chocolateria Delícia.

Dos mais exóticos, como o bombom de vinagre balsâmico, aos mais tradicionais, com recheio de avelã ou noz, cerca de 60 variedades de bombons de vitrina são produzidos hoje em dia na fábrica da Delícia, em Abraveses.

Instalada em 2007, para não deixar morrer a tradição dos chocolates de antigamente, como diz Manuela Soares, nomeando as sombrinhas de chocolate e os cigarrinhos, entre outras “doces memórias da nossa infância”, é hoje o “coração” desta chocolateria, que já conquistou o mercado.

A aquisição de novos equipamentos, com o apoio financeiro da Abordagem LEADER do PRODER, através de um projeto apresentado à ADDLAP, foi o passo decisivo para conseguir aumentar a capacidade de produção e dar resposta à crescente procura dos bombons Delícia, à venda em lojas da especialidade de norte a sul do país e ilhas, EUA, Canadá e Angola.

Para a proprietária, que se lançou no negócio dos chocolates há 17 anos com uma pequena loja, e o marido, pasteleiro de profissão, que entretanto se lhe juntou, o projeto representa a concretização de um sonho antigo, consolidado recentemente com a inauguração de um novo espaço comercial, no centro de Viseu.

<http://chocolateriadelicia.com/>

Localização	Abraveses (Viseu)
Data da candidatura	2012
Investimento total	149.768,28 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	2



Paço da Nascente

“Com 30 anos nunca me passaria pela cabeça meter-me numa aventura destas se não houvessem estes apoios”.

Mário Monteiro, proprietário

Lançado na “aventura” de criar uma unidade de alojamento turístico na quinta vinhateira da família, integrada na Rota dos Vinhos Verdes, o jovem agricultor segue a par e passo o andamento do projeto, que deverá estar concluído até final do verão.

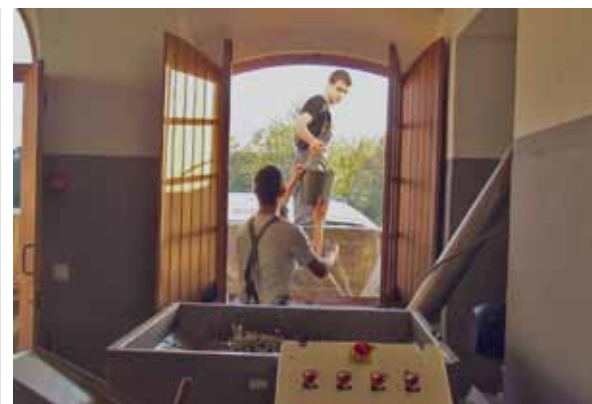
Diversificar a atividade empresarial agrícola e, ao mesmo tempo, recuperar a antiga casa de lavoura da propriedade, em risco de ruir, foram as razões que o levaram a avançar com a ideia e a apresentar uma candidatura aos apoios do LEADER, através da ADRITEM.

O projeto de investimento, assente na criação de uma unidade de turismo rural de quatro quartos, distribuídos por dois pisos, incluindo ainda duas cozinhas, zona de refeições, escritório e várias áreas de estar, pretende destacar-se pela qualidade.

O enoturismo será a grande aposta do proprietário do Paço da Nascente, procurando tirar partido de toda a envolvimento do empreendimento turístico, com vista sobre a extensa vinha, com cerca de 100 hectares, mas também da atividade empresarial da família, que se dedica essencialmente à produção de vinhos de qualidade.

A proximidade da cidade do Porto será também uma importante mais-valia, segundo o jovem empreendedor, que perspectiva ainda, a médio e longo prazo, aliar as atividades da quinta com um conjunto de serviços complementares, tais como, passeios pedestres e de bicicleta.

Localização	Sobrado (Valongo)
Data da candidatura	2012
Investimento total	299.456,00 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	1



Novo lugar de azeite

“O apoio LEADER foi determinante. Sem ele seria impossível assumir um projeto desta envergadura”.

João Quinas, Diretor da EPDRA

O novo lugar de azeite da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes (EPDRA) é o mais recente polo pedagógico deste estabelecimento de ensino, situado na freguesia das Mouriscas, numa herdade com uma área de 69 hectares.

O projeto, “de importância muito grande para a escola”, nas palavras do seu diretor, beneficiou do apoio da Abordagem LEADER do PRODER, através de uma candidatura apresentada à associação TAGUS, para recuperação do antigo lugar de azeite da herdade, datado de 1955, e dos processos tradicionais de produção associados, tornando-o num local promotor de aprendizagens para os alunos.

Com a reativação dos equipamentos do lugar tradicional, que funcionará também como um museu vivo para a comunidade local, bem como das antigas tulhas da azeitona e de uma pequena adega e destilaria, a escola pretende ainda promover degustações, cursos e exposições, entre outras atividades, contribuindo para a valorização dos saberes sobre esta fileira, de grande relevância na região.

Inaugurado pelos ministros da Educação e Agricultura em dezembro, o novo lugar já processou a azeitona dos dois olivais da escola (apoiados pelo Eixo 2 do PRODER), na campanha 2013/2014, estando para breve o lançamento no mercado do primeiro azeite Herdade da Murteira, produzido segundo métodos tradicionais (uma parte) e modernos (outra parte).

<http://www.epdra.pt/>

Localização	Mouriscas (Abrantes)
Data da candidatura	2012
Investimento total	196.129,00 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	0